



Pouco público transforma remo em exercício de saudosismo

Sem o charme dos antigos páreos, atletas e dirigentes se esforçam para dar vida às competições. No passado, as regatas na capital chegavam a reunir seis mil espectadores.

página 15



ZERO

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2009 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVII, NÚMERO 2

MEC destina R\$10 milhões para a UFSC

Verba é aplicada em ampliações na infraestrutura para atender à expansão de vagas prevista no Reuni

As melhorias só começaram este ano. Em Florianópolis, há falta de salas de aula e professores em al-

guns cursos. A solução emergencial foi remanejar docentes e negociar permutas de espaços. Este

ano, 651 novas vagas foram abertas em Florianópolis e mais 480 alunos devem ter aulas nas novas

unidades de Araranguá, Curitiba e Joinville. Uma das metas da UFSC para o Reuni é aumentar o

número de alunos de 22.475 para 31.116 até 2012.

página 8 e 9

C&T

Uso de materiais reciclados traz vantagens à construção

Além de atender a todos os requisitos regulamentados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, o uso de garrafas PET diminui o custo das obras e é uma alternativa viável para a redução de impactos ambientais. Em Santa Catarina, projetos de iniciativa individual e da CELESC testam o uso do material.

página 11

Alexandre Lunelli



Cultura

Pesquisadores divergem sobre a vinda de Saint Exupéry à Ilha

Setenta anos depois da passagem do autor de *O Pequeno Príncipe* pela América do Sul, historiadores e descendentes de amigos do escritor em Florianópolis discutem a passagem do avião francês pela capital. De um lado, João Carlos Mosimann defende que o autor nunca teve tempo de estabelecer amizades com os pescadores do Campeche. Do outro, a memória de Seu Deça, um dos amigos de Exupéry, narrada por seu filho.

página 13



Alexandre Lunelli

Política

Instalação inadequada de pisos dificulta mobilidade dos cegos

As calçadas de Florianópolis, que deveriam estar adaptadas às necessidades dos deficientes visuais, trazem perigo. Pisos táteis colocados de forma errada, com modelos irregulares são alguns dos problemas enfrentados.

página 5

O UNIVERSITÁRIO e a atividade física

Alexandre Lunelli



Concorrência de vestibular: os 22 alunos que frequentam a aula de Yoga deixaram 240 sem vaga

- Nesse semestre foram oferecidas 782 vagas para as disciplinas de Educação Física Curricular (EFC). Quase mil alunos não conseguiram vaga no horário e modalidade que escolheram

- A natação foi a que mais ofereceu turmas: 16. Foi também a que mais deixou gente sem vaga, 271 alunos. Destes, 190 estudantes tentaram as turmas de iniciação

- Segundo a monografia de Leonardo Bertuol (2008.1), a maioria dos alunos das EFC (41,5%) são das ciências humanas e sociais aplicadas

- A preocupação com a saúde é o principal motivo que leva os estudantes a se matricularem nas disciplinas de EFC, segundo a monografia

- Uma pesquisa realizada pelo laboratório de biomecânica do Centro de Desportos, com atletas de vôlei, basquete e handball da UFSC, concluiu que o tornozelo é a articulação mais lesionada

- Para praticar em academias de ginástica as atividades mais disputadas como disciplina, por quatro meses, o estudante desembolsa no mínimo: R\$ 360 para natação, R\$ 240 para yoga e R\$ 400 no tênis de campo

CARTAS

Comentários, críticas e sugestões podem ser enviadas para zero@cce.ufsc.br

Venho até aqui parabenizar vocês pelas reportagens de ótima qualidade que muito são lidas pelo pessoal aqui da Geografia da UDESC. Não deixem de distribuir por aqui, pois elas são muito bem vindas e úteis para nós.

Larissa Côrrea, estudante

Gostei da matéria das sacolas biodegradáveis, me fez lembrar a cidade de Xanxerê. Ela é a única cidade do Brasil onde os mercados não dão sacolas. Foi aprovado pela Câmara de Vereadores e o povo aprovou. Também existem empresas de tecnologia de biogestores – através de esterco de frango e suíno – daria uma matéria legal, basta vocês conferirem.

João Olsin, empresário

EDITORIAL

Saúde sem discriminação

A decisão do Ministério da Saúde de incluir a cirurgia de mudança de sexo como procedimento custeado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) representa um avanço no respeito à diversidade. A mudança se baseia no artigo 196 da Constituição Federal que considera a saúde um direito de todos e dever do Estado. Essa inclusão vem onze anos depois da resolução 1.482 de 1997 do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta a cirurgia por considerar que os pacientes sofrem de "desvio psicológico permanente de identidade sexual".

Ainda em 2008, o deputado federal Miguel Martini tentou barrar a mudança com argumentos de que o SUS não consegue atender as mulheres em período pré-natal e prestar tratamento para pessoas com câncer, entre outros casos em que a pessoa não tem condições de viver ou sobreviver. O deputado considera ainda que o valor de R\$ 1,5 mil é muito alto.

Mas não se trata de julgar a pior das situações, nem elencar lista de prioridades. Todo direito conquistado para melhoria de qualidade de vida é importante e não deve ser visto como medida excludente e sim como motivo para ampliação dos direitos aos cidadãos. Em tempo: o tratamento oncológico integral foi

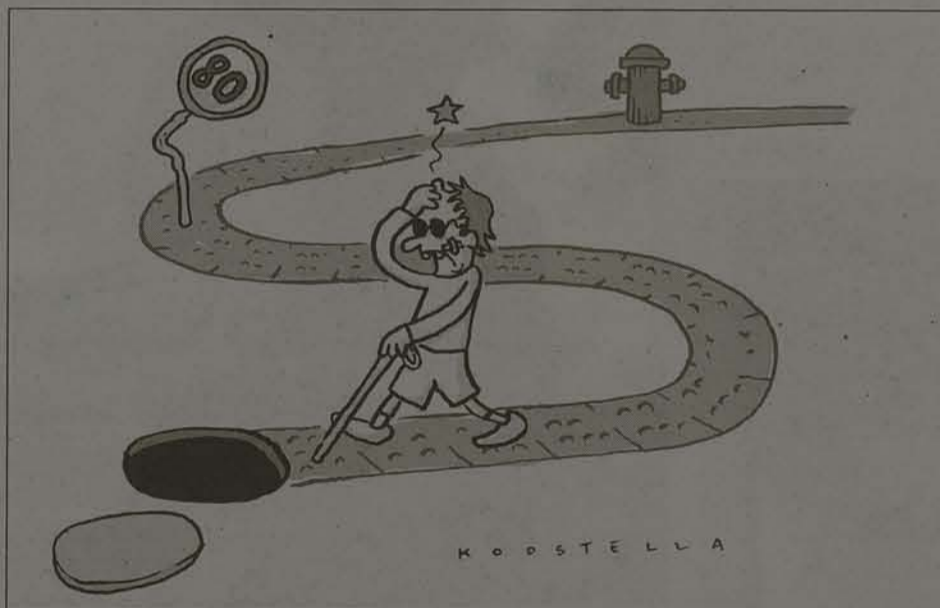
incluído no Sistema.

O acompanhamento psicológico previsto é outro progresso da legislação. O paciente fica dois anos em observação para que haja um diagnóstico final. Os quatro critérios mínimos para a avaliação são desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais; perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do oposto. A medida também exige preparação dos profissionais de saúde para atender às pessoas, respeitando sua condição. Um treinamento que explique que essa comunidade deve ser tratada pelo nome que adotam e não pelo documento de registro.

A cobertura pelo SUS da cirurgia de transgenitalização não significa um privilégio e nem uma oneração aos cofres públicos. Como os outros usuários, enfrentarão os mesmos problemas. Tempo de espera – de até 10 anos no caso de cirurgia para redução do estômago –, filas e qualidade dos equipamentos não serão solucionados por conta dessa aprovação. Como em outras áreas, o Brasil é reconhecido por ter legislações que são um modelo a ser seguido. A Constituição Federal é um exemplo disso, mas a prática ainda está muito longe da teoria.

O direito ao acesso no SUS deve ser ampliado, não passar por racionamento

CHARGE



ZERO NO TEMPO

Na fila, sem telefone



A necessidade ou desejo por um celular pode ser resolvida em menos de 20 minutos. Quer um modelo mais sofisticado? Um Iphone? É só ir ao centro e encontrar uma imensa variedade, inclusive dos falsificados. Esses são alvo de várias ações do Ministério Público Federal em combate à pirataria, como mostra reportagem desta edição.

Com a atual facilidade para receber ou realizar chamadas logo após a compra de um aparelho celular, é difícil imaginar que os moradores de Florianópolis levavam mais de um ano para conseguir habilitar uma linha de telefonia móvel.

Há 13 anos, o ZERO publicou uma matéria sobre os primeiros anos do aparelho na cidade. Havia uma lista de espera de mais de 200 mil pessoas para conseguir uma linha de telefonia móvel. Em maio de 96, fotógrafo André Sielski, número 44.533, esperava conseguir ainda naquele ano ter um celular para facilitar o dia-a-dia de sua profissão.

Na época, a existência de pesquisas que indicavam que o uso de celulares favorecia o desenvolvimento do câncer já era citada.

Sobre o chargista

Fernando Souza, 30 anos, é chargista, ilustrador e quadrinista desde 98, quando cursou História na UFSC. Também é autor do livro de tirinhas "Quem é Toniolo?". Para entrar em contato com o autor, escreva para koostella@yahoo.com.br.

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

Errata

A sigla ANJ corresponde à Associação Nacional dos Jornais e não Jornalistas, como foi publicado na pg. 7 da edição de Abril.



ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVII - Nº 2 - Junho de 2009
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 8 de Junho

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599/3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Alexandre Lunelli, Aline Fernandes, Bruna de Paula, Camila Augusto, Carlos Santos, Daniel Ludwig, Débora Oliveira, Deborah Salves, Diego Kerber, Gustavo Bonfiglioli, Juliana Passos, Livia Freitag, Luis Henrique Krihs, Risa Stolder, Thais Goes
EDIÇÃO Capa e Opinião Juliana Passos **Entrevista** Alexandre Lunelli **Política** Bruna de Paula **Economia** Rodolfo Espinola **Educação** Pedro Santos **Especial** Risa Stolder **C&T** Talita Fernandes e Camila Augusto **Cultura** Carlos Santos **Saúde** Débora Oliveira **Esporte** Diego Kerber **Contracapa e Imagem** Daiana Meller **FOTOGRAFIA** Alexandre Lunelli, Daiana Meller, Débora Oliveira, Diego Kerber **COLABORAÇÃO** Renata Brandão **EDITORIAÇÃO** Alexandre Lunelli, Camila Augusto, Camila Chioldi, Carlos Santos, Diego Kerber, Felipe Franke, Gabriela Cabral, Gregório Lameira, Gustavo Bonfiglioli, Joana Caldas, Juliana Passos, Ligia Lunardi, Luis Henrique Krihs, Pedro Santos, Rafaela Volkman, Risa Stolder, Rogério Moreira Júnior, Rodolfo Espinola, Talita Fernandes **INFOGRAFIA** Felipe Franke, Gregório Lameira, Rafaela Volkman e Rogério Moreira Júnior **PROFESSOR-COORDENADOR** Tattiana Teixeira Busato, Annelize Conti e Cristiane Barrionuevo **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **CIRCULAÇÃO** Nacional **TIRAGEM** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO

“É uma violação à democracia”

O novo Código Ambiental de SC, em vigor desde abril, fere a Constituição Federal ao prever uma legislação mais branda do que as regulamentações já existentes. Rejeitado pelo Ministério do Meio Ambiente, o código foi denunciado na ONU no mês passado durante sessão do comitê do Pacto Internacional de Direitos Humanos, Sociais e Culturais. Samantha Buglione, autora da denúncia, conversou com o **ZERO** sobre as questões legais e os interesses que permeiam a discussão

ZERO - O Código está sendo tratado como uma questão ideológica?

É uma questão de interesses. A ideologia é fundamental porque tem a ver com ideias, com propostas. No caso do Código, ele tem a ver diretamente com interesses, o que não quer dizer que tenha algo por trás, uma ideia de governo, de política pública. Sinceramente, não consigo ver no Código uma política pública.

Não tem uma proposta de política pública pro campo, ele representa interesses. Se fosse ideológico, talvez até fosse bom. É mais fácil lidar com ideias, mas é complicado lidar com interesses. Interesse é o não dito. A gente não sabe quais arranjos levaram ao Código de Santa Catarina. Os agricultores não sabem. A gente sabe a cena, mas a gente não sabe quem ministra a marionete. Isso é perverso. Isso corrói a democracia. Se fosse um código de ideias, seria bom. E não é.

Há aspectos positivos?

Acho que tem. Nenhuma legislação consegue ser completamente ruim. Tem algumas mudanças positivas, como o perdão de dívidas, o aproveitamento, a transferência de recursos, que são extremamente louváveis. Muito da crítica em relação ao Código é bem pontual, simples. São os pontos inconstitucionais. Não é por uma questão de preservação ambiental, é por uma questão de preservação da democracia. Eu não posso aprovar uma lei que seja inconstitucional. Se for assim, eu reinvento todo o sistema, o sistema não serve pra nada. Por que eu tenho um sistema democrático? Eu tenho que respeitar as regras do jogo. Como alguém vai jogar futebol se no meio do jogo todo mundo muda as regras a qualquer tempo? Isso é impossível. E o Brasil faz isso o tempo inteiro. Então, o problema do Código é esse. Não é só um problema de meio ambiente, é um problema de não respeitar as regras do jogo. O Código é uma violação a democracia.

A atuação do governo federal está sendo boa?

Eles estão fazendo a obrigação. Não podem dizer que são a favor de um Código inconstitucional. Senão virava a casa da mãe joana, não é?

Qual o poder do Ministério Público (MP) frente ao Código?

O MP já entrou com a representação na procuradoria para um pedido de inconstitucionalidade. O MP é representante do interesse da sociedade, do interesse público, ele é quem tem poder de ação mesmo.

É uma discussão imbecil essa do Código, é impressionante a energia que se gasta. A gente podia estar discutindo alternativas tecnológicas para o campo, por

exemplo. E é inconstitucional! Olha o absurdo!

Tem uma hierarquia. O estado pode legislar sobre o meio ambiente em duas circunstâncias: para proteger mais e quando a lei federal não fala nada. Se não houvesse lei federal sobre isso, a gente ia ter que ficar bem quietinho, mas tem. A gente tem que respeitar as regras, pra todo mundo poder jogar. Esse é o princípio da igualdade, do igual reconhecimento de interesses.

“O pequeno agricultor está sendo feito de marionete. É um código politiqueiro”

Entidades civis podem participar das ações?

Tem alguns critérios para entrar com as ações de inconstitucionalidade. Tendo esses critérios, não precisa ser o MP para entrar com a ação. As pessoas podem entrar, podem se envolver. Sem contar aquele envolvimento que é o melhor de todos, que é reciclar lixo, saber se o caminhão do

lixo passa, cobrar da prefeitura que o caminhão passe, comprar produtos sem uso de mão-de-obra escrava, ecologicamente corretos. Essa ação é absurdamente poderosa. Se a gente se der conta de que ir ao supermercado é fazer política ou fazer revolução, a gente muda as coisas rapidinho. Ir ao supermercado é fazer revolução. Fazer revolução dá trabalho. Fazer política dá trabalho. É mais fácil eu me alienar, é mais confortável. É cômodo, só que talvez a gente não tenha planeta para aguentar nossa espécie nos próximos anos. Então, ou resolvemos ter trabalho, individualmente, ou não vamos poder nem ter trabalho.

A quem interessa o Código?

Tudo é uma forma estratégica de montar o conflito. Como se o meio ambiente fosse contra os agricultores. O pequeno agricultor, principalmente, está sendo feito de marionete. É um código politiqueiro. É uma estratégia política de reeleição, porque os agricultores não sabem onde estão se metendo. O Brasil zera o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a produção de carros, mas não zera para a produção orgânica.

O Código é politiqueiro porque se vende como se fosse a grande solução para os agricultores, desvia a atenção do fato de que não existe uma política efetiva, uma política tributária, [uma política] de investimentos em tecnologia. O governo está investindo em uma legislação que é inconstitucional e que não vai resolver nenhum problema.

Até agora, quem está vencendo o debate?

Sem dúvida nenhuma, quem tem mais poder. E quem tem mais poder não são os “ecochatos”, os ambientalistas, essa turma; quem tem mais poder é quem tem mais dinheiro. Eu posso levar uma denúncia na ONU, mas não tenho poder internamente. É “briga de leão grande” e os ambientalistas ainda são meio “gatinhos”. O problema é que não deveria ser uma briga. É

assustador perceber que uma lei inconstitucional, com base em interesses privados, foi aprovada.

Um agricultor familiar, neste sentido, sai perdendo?

Ele pode sair perdendo porque não vai ter uma outra alternativa de produção. Se ele pensa em produzir como um agricultor em grande escala, não consegue. A questão é que não tem incentivo à agricultura familiar. O Brasil investe só no latifúndio, quase não tem crédito específico para o agricultor familiar. Aquele agricultor cujos bisavós produziam de forma orgânica não sabe mais fazer isso. Sabe plantar só em uma forma de grande escala.

Se o STF julgar a lei inconstitucional, pode ser aplicada alguma punição ao estado?

Não, porque também são as regras do jogo. A lei passou pelas regras de SC, se os caras fizeram isso de maneira equivocada, eles só podem ser responsabilizados pessoalmente depois. Eles podem fazer uma ação de improbidade administrativa contra a Assembleia Legislativa porque eles sabiam que a lei é inconstitucional. Quem será responsabilizado é a Procuradoria do Estado que fez um parecer sem avisar que a lei é inconstitucional. Até ter uma atestação de inconstitucionalidade, a lei não é inconstitucional e fica valendo.

SC tem suas peculiaridades – o modelo de produção agrícola majoritário aqui ainda é a agricultura familiar, por exemplo – o que gera demandas específicas. Até que ponto pode ir para defender seus interesses com base nestas demandas?

O Código vai no sentido do agronegócio e não da agricultura familiar. O que vai ajudar a agricultura familiar? Tecnologia específica, linhas de crédito específico. O que o Brasil não está conseguindo fazer é mostrar para o agricultor que preservar dá mais dinheiro do que botar árvore abaixo. Por isso que eu estou chamando os agricultores de marionetes sim, eles não sabem onde estão se metendo. Estão achando que isso vai resolver o problema.

O fato de se ter debatido isso na ONU pode gerar consequências no estado?

Sou extremamente cética. Sinceramente, acho que o governo do estado está “se lixando” para o fato de haver uma denúncia na ONU sobre o Código, porque eles não fariam um código inconstitucional se eles não tivessem costas quentes o suficiente para bancar. Eles não são fracos na articulação dos seus próprios interesses. Não estão ali há tanto tempo à toa. A minha esperança é que o fato de a ONU estar contra faça com que o restante da população pense sobre isso.

Alexandre Lunelli e Camila Augusto



Samantha Buglione, doutora em Ciências Humanas pela UFSC, é professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). É ainda coordenadora nacional do Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e da ONG Antígona

Grupo reivindica defensoria

Movimento pela Defensoria Pública contesta constitucionalidade da legislação estadual

Santa Catarina é o único estado do país que não possui defensoria pública, como prevê a Constituição Federal de 1988. Goiás foi o último estado a implantá-la, e realizou concurso esse ano, mas já tinha a defensoria prevista em lei. Na última quinta-feira, 18, foi realizado o 2º Encontro Institucional para criação da defensoria pública no Estado. Na ocasião, foi lida uma "Carta a Florianópolis" pedindo urgência na implantação da defensoria, assinada pelas associações de defensores públicos, movimentos sociais e a Secretaria de Reforma do Judiciário. Audiências públicas para discutir a criação deste órgão estão ocorrendo desde março. A última foi realizada em Florianópolis, no dia 19 de maio, quando foi lançada uma cartilha do Movimento pela Criação da Defensoria Pública.

A defesa e assistência de pessoas que tenham renda familiar inferior a três salários mínimos é feita, no estado, pela defensoria dativa, que é administrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A principal diferença entre a defensoria dativa e a pública é o tipo de assistência prestada. Ao contrário do que determina a Constituição Federal, a de Santa Catarina não prevê assistência jurídica e, sim, judiciária. Assistência jurídica é a que presta serviços de consulta e orientação. Já a assistência judiciária é feita quando o advogado atua diretamente no processo do cliente, com ações efetivas na justiça. (veja mais diferenças no box)

Enquanto o Procurador Geral do Estado afirma não cogitar a criação da defensoria pública, por considerar o modelo dativo mais eficiente, o Movimento pela Criação da Defensoria Pública busca 40 mil assinaturas para enviar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular à Assembleia. A campanha aumentou com o início das audiências públicas, mas o movimento, que existe desde 2006, não informa o número de pessoas que aderiram ao abaixo-assinado. "Esperamos ter todas as assina-

Serviço	Defensoria pública	Defensoria dativa
Atendimento jurídico e atendimento judiciário	Presta os dois atendimentos.	Presta somente o atendimento judiciário. Em caso de necessidade de atendimento jurídico, a pessoa será encaminhada para escritórios modelos das faculdades de direito.
Prisão	O delegado tem até 24 horas para encaminhar ao juiz e à Defensoria Pública o auto da prisão em flagrante.	O delegado deve ter a lista dos advogados dativos e informar à família o próximo a ser procurado.
Prazos	O prazo é o dobro do normal para recorrer a uma ação.	Prazo normal
Intimação pessoal	São enviadas à defensoria e encaminhadas ao defensor responsável a uma ação.	Não recebe, apenas é publicado no Diário Oficial do Estado
Seleção	Classificação em concurso público, depois de dois anos de experiência como advogado.	Registro de advogado na OAB.
Pagamento	É o mais baixo das carreiras jurídicas. Varia de R\$ 1,7 mil a R\$ 16 mil, dependendo do estado e do tempo de serviço. Os dados são do II Diagnóstico da Defensoria Pública, do Ministério da Justiça, de 2006.	O pagamento do honorário é de 25% em relação ao atendimento normal estipulado pela tabela da OAB. O advogado dativo só recebe se entrar com uma ação e o caso for finalizado na justiça.
Ação civil pública	Pode propor uma ação civil pública.	Não pode propor.

turas e encaminhar o projeto de lei até o final deste ano", afirma Maria Aparecida Caovilla, membro da comissão organizadora do Movimento e professora do curso de Direito da Unochapecó.

A defensoria dativa foi instituída pela Lei Complementar 155, de 1997, proposta pelo então deputado estadual João Henrique Blasi, hoje desembargador do estado. "Optou-se pela defensoria dativa por ser um modelo que atinge todas as comarcas e municípios do estado, algo que dificilmente seria (ou será) alcançado apenas com a atuação de defensores públicos", justifica o desembargador. Blasi também argumenta que o estado não teria recursos para arcar com a defensoria pública.

A lei que instituiu a defensoria da-

tiva, mais o artigo 104 da Constituição Estadual, que não prevê concurso para servidores, nem prestação de assistência jurídica, são o motivo da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, em 2007. Em fevereiro deste ano, o Procurador Geral da República, Antonio de Souza, deu o primeiro parecer sobre a ADIn 3892. Ele concorda que o modelo é inconstitucional, mas é contra o julgamento, por considerar que o caso é de âmbito estadual e não poderia ter sido proposto por defensores da União. Para ele, o estado ignora a Lei complementar 80/94, que prevê que os cargos da defensoria pública sejam ocupados por advogados aprovados por concurso público e

com dois anos de experiência. Também avalia que Santa Catarina "se absteve do dever de prestar assistência jurídica aos necessitados". Souza não é favorável à extinção do modelo, e, sim, que ele continue em funcionamento até a implantação da defensoria pública. Para a ação ser julgada, precisa ser incluída na pauta do Supremo Tribunal Federal, o que não tem prazo para acontecer.

A ausência da defensoria pública também foi citada no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Carcerário. O documento menciona também o número insuficiente de defensores públicos em outros estados e recomenda a realização de concursos públicos.

Juliana Passos

Governo repassa R\$ 2 milhões por mês para OAB

Desde que o Fundo para Defensoria Dativa (Lei Complementar 391/07) foi criado pelo governo do estado de Santa Catarina, em 2007, foi feito um acordo para repassar aproximadamente R\$ 2 milhões por mês à OAB. A procuradoria não sabe precisar o número de pagamentos realizados, mas calcula que em 2007 foram repassados R\$ 24 milhões e em 2008, R\$ 19 milhões. Esses números são referentes, respectivamente, a 77 mil e a 60 mil casos finalizados. A criação do fundo, segundo a procuradoria, agilizou os repasses que antes não tinham data para ocorrer.

O estado possui uma dívida com a Ordem calculada pela própria OAB em

R\$ 58 milhões, e aponta o governo Paulo Afonso, que administrou o estado de 1990 a 1993, como o principal responsável por ter interrompido os repasses. O Tribunal de Contas cobra o registro dessa dívida no Relatório de Prestação de Contas do Estado e pediu que uma auditoria fosse realizada para verificar o valor da dívida. A procuradoria informa que a auditoria será realizada no segundo semestre deste ano.

O presidente da OAB, Paulo Borba, discorda que a defensoria dativa seja inconstitucional. "A constituição pede para que o atendimento seja rápido e gratuito, e isso nós cumprimos com um alto nível de eficiência". Quando

questionado sobre a criação de um convênio entre OAB e defensoria pública — regime misto — ele argumenta: "Para quê destinar dinheiro para defensoria pública se existe um serviço de ótima qualidade? Esse dinheiro pode ser destinado para outras áreas, como saúde e educação".

O regime misto é o que propõem, inicialmente, os coordenadores do Movimento Pela Criação da Defensoria Pública, já que a defensoria dativa está presente nas 110 comarcas do estado. O convênio entre as defensorias iria ocorrer até o número de defensores públicos contratados ser suficiente para atender a demanda da população. O secretário

de Formação Político-sindical do Sindicato dos Servidores do Judiciário, Volnei Rosalen, rebate a questão do custo com a comparação realizada em 2004 pelo Comitê pela Criação da Defensoria em São Paulo. Na época, o gasto por atendimento do convênio com a OAB era R\$ 238, de acordo com o Comitê, enquanto o da defensoria pública do Rio de Janeiro custava R\$ 51. "É preciso avaliar se o barato não está saindo caro", contesta Rosalen. No total, o convênio com a OAB custava R\$ 154,5 milhões, por 650 mil atendimentos enquanto a defensoria pública gastava R\$ 112 milhões, referentes a 2, 2 milhões de atendimentos. (J.P.)

MPF move ação contra oligopólio da RBS no estado

O processo movido pelo Ministério Público Federal contra a RBS foi ajuizado e espera a contestação dos réus. O grupo é acusado de praticar oligopólio e teve seus procedimentos questionados em ação movida em dezembro do ano passado, na qual o MPF requer a diminuição do número de emissoras da empresa em Santa Catarina para o previsto em lei — no máximo duas por estado — e reivindica a anulação da compra do jornal *A Notícia (AN)*, de Joinville, realizada em 2006. Também é pedido para que a Justiça defina um percentual de 30% de programação local no estado e 15% em cada região.

A ação foi proposta contra nove empresas do grupo, a União, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o empresário Moacir Thomazi — antigo proprietário do *AN* — e Nelson Sirotski, empresário do grupo RBS. O Cade é réu por permitir que o grupo comprasse o *AN*, e a União por conceder a aquisição de várias concessões em nome de pessoas da mesma família.

Atualmente, em SC, o grupo detém o controle de seis emissoras de televisão, do *Diário Catarinense*, do *Hora de Santa Catarina*, do *Jornal de Santa Catarina* e do *AN*, além de três emissoras de rádio. A RBS, que atualmente comemora 30 anos, nega em sua defesa que seja um grupo. A empresa afirma que o Grupo RBS "nada mais é do que um *pool* [associação de empresas que não conseguiriam prestar determinado serviço sozinhas] de empresas independentes sobre uma identidade comum". A RBS alega que a programação, semelhante em todas as emissoras do grupo, é estabelecida pelo contrato de afiliação à Rede Globo. Quanto à compra do *AN*, a empresa afirma que a transação foi submetida ao Cade e que "a avaliação empreendida foi especialmente rigorosa".

Apesar de a lei identificar a necessidade de programação local nas emissoras de TV, o percentual desta programação não é regulamentado. O procurador Celso Tres, um dos autores da ação, argumenta: "Estabelecemos 30% de programação local com base no princípio da razoabilidade, previsto na Constituição".

"Como cada veículo responde individualmente, isso pode levar bastante tempo", afirma Tres. Em entrevista ao **ZERO**, em novembro de 2008, o procurador afirmou que esperava uma sentença em primeira instância em um ano. O especialista em direito administrativo e professor do curso de Direito da UFSC, Sérgio Cademartori entende que a ação deve levar "no mínimo quatro anos até o julgamento final".

Alexandre Lunelli

Pisos viram armadilhas para cegos

As sinalizações táteis, que deveriam ajudar na mobilidade pelas ruas da capital, são instaladas sem critério

A colocação de pisos especiais para cegos e pessoas com baixa visão nas calçadas de Florianópolis desobedece a legislação e limita a mobilidade dos portadores de deficiência visual. Aplicados de maneira incorreta ou com modelos fora dos padrões de qualidade, os pisos contrariam as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Segundo a ABNT, os pisos alerta, que possuem relevos em círculo, devem ser utilizados principalmente para indicar obstáculos, como telefones públicos, por exemplo. No meio da calçada, outro tipo de sinalização deve ser colocada, a direcional, que indica por onde se deve caminhar (*ver infográfico*).

Na cidade, a maioria das calçadas possui os pisos alerta aplicados ao longo do meio-fio. O problema começou quando, em 1997, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) fez a padronização da rua Esteves Júnior utilizando esse modelo. Na época, não existia legislação específica, que é de 2004, e a Associação Catarinense para a Integração do Cego (Acic) se manifestou contra o projeto. "A colocação dos pisos foi feita à revelia, sem a nossa consulta", reclama Adilson Ventura, presidente da Acic.

A Associação preferia que pisos direcionais fossem colocados no meio da calçada, assim como está definido pelas normas da ABNT. De acordo com o Manual de Acessibilidade atualizado



Em frente ao IpuF, o piso colocado de modo errado fica no meio-fio e vai em direção ao poste

do IpuF, essa é a melhor forma de aplicação, já que a área central é a mais segura e livre de obstáculos. "Nós nunca fomos contra o uso dos pisos direcionais. Optamos pelo alerta próximo

ao meio-fio porque as ruas do centro são muito estreitas e se colocássemos os direcionais pelo meio, as pessoas continuariam esbarrando com os ombros nos obstáculos que ficam concentrados

na beira da calçada", justifica Marco Antônio Avela, técnico do IpuF.

Marta Dischinger, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC deu consultoria ao IpuF na época do projeto e acredita que o maior erro foi a falta de divulgação da maneira correta de usar as sinalizações. "As pessoas viram as calçadas da Esteves Júnior e começaram a copiar, sem saber para que servem os pisos", explica.

Desde 2004 existem regras nacionais, mas apenas em 2009, após a criação da lei municipal 7801, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU, antiga Susp) começou a aplicá-las. Como até então o proprietário não tinha a obrigação de seguir as normas da ABNT, muitas calçadas da cidade não possuem nenhum tipo de sinalização.

Eduardo Schutz, professor da Fundação Catarinense de Educação Especial, não utiliza os pisos táteis como referência para ensinar seus alunos a andar pelas ruas de Florianópolis. "Do modo como foram colocados, eles não tem funcionalidade. Além do mais, não são todas as ruas que possuem sinalização", reclama Marcelo Lofi, que tem baixa visão, não utiliza os pisos para se guiar pela cidade. "É difícil encontrar pisos direcionais nas calçadas", lamenta.

Responsável por fiscalizar as calçadas da cidade, a SMDU adotou as

regras da ABNT em fevereiro deste ano. "Seguíamos apenas o Código de Obras, que não determinava nada sobre isso", esclarece Sebastião Machado, fiscal da SMDU.

O IpuF não tem previsão de quando vai ser feita a divulgação de material sobre as adequações. Há cerca de um ano, o IpuF produziu um manual que explica as normas da ABNT e o uso dos pisos táteis, mas a distribuição está sendo feita, até o momento, apenas para projetistas que fazem a requisição ao Instituto. Informações sobre as novas normas podem ser obtidas no próprio IpuF ou na SMDU.

Modelo errado

O modelo de piso alerta que é utilizado em várias calçadas da cidade também está fora das normas da ABNT. Neles, os círculos estão dispostos em linha reta e podem ser confundidos com o piso direcional, correndo o risco de que o cego esbarre em obstáculos.

Outro problema é que as sinalizações direcionais devem possuir cores contrastantes, como vermelho e amarelo. Em muitas calçadas da cidade, apesar de estarem posicionados de maneira correta, estão sendo colocados na mesma cor da calçada, o que impede pessoas com baixa visão de identificá-los.

Camila Augusto

O errado e o certo na hora de utilizar os pisos táteis

Fora das normas

Obstáculos suspensos de 60 cm a 1,20 m do chão devem ser contornados



Dentro das normas

Quando o piso é colocado no meio da calçada, o cego se locomove mais livremente

Os círculos devem estar enfileirados em diagonal e ter entre 3 e 5 cm de altura

Os pisos devem indicar quando há mudança de direção ou curvas bruscas



Fonte: IpuF e ABNT

Lei obriga proprietário a adequar calçadas para obter o *habite-se*

Os pisos táteis devem ser colocados nas calçadas de Florianópolis seguindo as determinações da nova lei municipal 7801, aprovada em 30 de dezembro do ano passado.

Agora, para um projeto obter o *habite-se*, documento que atesta que o imóvel foi construído segundo a legislação local, os pisos táteis têm que seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Em imóveis residenciais que tiveram o projeto aprovado antes de fevereiro não é obrigatória a adaptação das calçadas. "Existe o que chamamos de direito adquirido, que protege o proprietário contra futuras mudanças da legislação", explica Mário César, fiscal do setor de *habite-se* da SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano).

Prédios de circulação pública que não estiverem de acordo com as normas devem fazer as mudanças. Rodolfo Siegfried Matte, chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da SMDU, explica que, à medida que as calçadas tiverem que ser reformadas, a Secretaria vai exigir a aplicação do novo regulamento.

Proprietários de imóveis já construídos, mas que não tenham calçada, também devem seguir a nova legislação. Se o SMDU constatar a irregularidade e as normas não foram cumpridas, em um primeiro momento, o responsável recebe uma multa de R\$ 25. Se mesmo assim persistir na ilegalidade, a penalidade é de 6,96 UFIR, o que equivale hoje a um valor aproximado de R\$ 7,40 por metro ao dia, considerando a largura como fixa.

Ainda de acordo com a lei 7801, no caso de calçadas estreitas, com largura menor do que 2 metros, a adaptação às regras não é obrigatória, "desde que haja justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível". (C.A.)

ZERO

Grupos promovem compras coletivas

Cooperação é feita para desenvolver uma rede econômica mais sustentável e consumir produtos orgânicos

A busca por alimentos orgânicos, ecologicamente corretos, produzidos de acordo com os princípios da sustentabilidade, faz com que pessoas se unam para adquirir produtos sem agrotóxicos. Os grupos informais selecionam pequenos produtores, associações e cooperativas e fazem o que chamam de compra coletiva.

Em Florianópolis, os responsáveis por uma iniciativa desse tipo é o casal Krisna e Mahesh – nomes espirituais pelo qual são conhecidos – que estuda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e organiza um sistema de compras junto a produtores rurais. Grupos como os coordenados por eles podem ser encontrados em cidades como Cascavel (PR), Campinas (SP) e Porto Alegre (RS) e integram uma atividade conhecida como economia solidária.

As listas de compras não são as mesmas para todos os grupos. Entre os produtos mais comuns estão farinha, cereais, grãos, açúcar mascavo e queijos. Todos orgânicos. Pasta de dente e sabonete ecológico – feitos com substâncias que não agredem o meio ambiente – também estão entre os itens que podem ser adquiridos em Santa Catarina. “Compro pela qualidade dos produtos, pelos preços mais baixos que os do mercado e por favorecer o fortalecimento de uma economia que foge da tradicional”, justifica Gopi Kanta. Ela é uma das consumidoras pioneiras a integrar o grupo catarinense que conta, em média, com 25 pessoas.

O objetivo comum é consumir produtos orgânicos, agroecológicos, apoiar os pequenos produtores, pensar no meio



Mahesh (à direita) organiza as divisões das compras coletivas mensalmente na UFSC, em Florianópolis. Os produtos adquiridos pelo grupo são de seis fornecedores catarinenses

ambiente e na sustentabilidade. Além de buscar uma mudança no atual padrão de consumo da sociedade. “As pessoas que participam são as que optam por comprar não o mais fácil, mas, sim, o correto, o saudável e sustentável”, afirmam os organizadores da compra na capital, Krisna e Mahesh. O primeiro passo é selecionar os produtos em uma lista e fazer o pagamento prévio. Depois de feito o pedido, marca-se a partilha e cada um busca seus itens. Em Florianópolis e Cascavel, a compra é mensal. Em Campinas, semanal e Porto Alegre, quinzenal.

As compras coletivas se inserem no contexto de economia solidária. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), criada em 2003 e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a prática é definida como o conjunto de atividades econômicas – produção, consumo, finanças e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores de forma coletiva. Além disso, deve ter autogestão, sem ex-

plorar os outros, sem levar vantagens e sem destruir o meio ambiente.

São considerados empreendimentos de economia solidária uma associação de produtores orgânicos ou agroecológicos, uma cooperativa de costureiras, catadores de lixo ou barqueiros, uma feira de bairro, um grupo de compras ou trocas. Basta que funcionem com a decisão de todos, cooperação, sem hierarquia nem padrões e sejam solidários na comercialização e consumo, além de ter autogestão.

Diante do leque de empreendimentos e atividades desenvolvidos, compreender o conceito da prática não é uma tarefa fácil. “Hoje há uma dificuldade em entender o que é a economia solidária. Tem muitos grupos que a praticam e não sabem que aquele modo de organização, comércio e consumo trata-se de uma iniciativa desse tipo”, afirma Erika Sagae, representante do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES).

Thais Goes

Falta regulamentação para modelos de economia solidária em Santa Catarina

O estado não possui uma lei ou secretaria própria para promover a política pública dos empreendimentos. Minas Gerais, por exemplo, instituiu uma lei que define diretrizes da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária em 2004.

A Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego (SRTE/SC) se envolve com o tema desde 2003, quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Porém, somente em fevereiro de 2009 foi criada uma Sessão de Economia Solidária. “Nosso papel é de supervisionar as entidades, articular com o governo e fazer o mapeamento e cadastramento dos empreendimentos, repassando para a Senaes os dados que compõem

o Atlas e o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (Sies)”, explica Liliansa Copetti, coordenadora da Sessão na SRTE/SC.

De acordo com o último Atlas, divulgado em 2007, Santa Catarina possui 690 empreendimentos registrados de economia solidária – 3,15% do total nacional. Chapecó é a cidade que registra o maior número: são 45.

O doutor em sociologia econômica, pesquisador na área de economia solidária e professor da UFSC, Armando Lisboa, aponta que os compradores coletivos não estão organizados em grandes associações ou ONGs, como acontece em alguns países da Europa. “No Brasil, o movimento ainda é fraco. Não tem volume de mercado, está

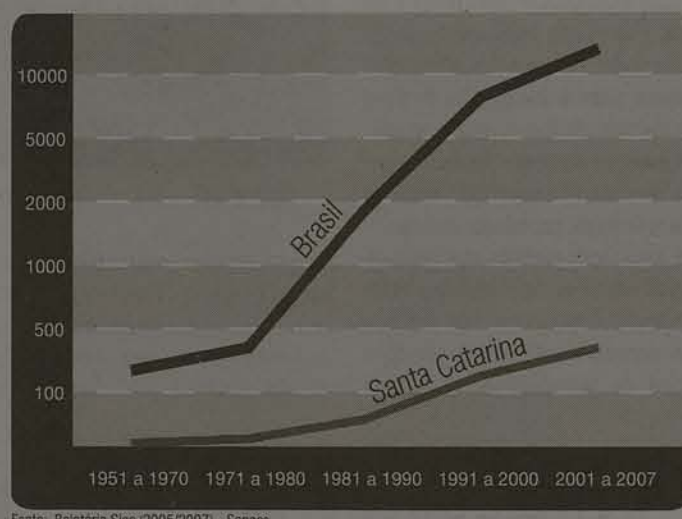
espalhado e, muitas vezes, não se comunicam”, completa Lisboa.

Estabelecer um novo canal de acesso ao mercado para os produtores urbanos e rurais é uma maneira de fortalecer as iniciativas e potencializar suas produções. “Não visamos nenhum lucro, mesmo porque esta ideia seria contraditória em relação às nossas convicções. Os preços visam apenas pagar os produtores e as despesas correntes da Cooperativa. As pessoas que auxiliam no funcionamento são cooperadas e seu trabalho é voluntário”, explica Marialice Perroud, que ajuda nas entregas dos produtos e nos controles administrativos e financeiros da Cooperativa GiraSol, em Porto Alegre. (T.G.)



Dados sobre empreendimentos solidários

O gráfico ilustra a quantidade de empreendimentos de economia solidária no Brasil e em Santa Catarina que tiveram início em determinada década.



O que é mais produzido

Rank	Santa Catarina	Brasil
1º	Leite	Milho
2º	Mel	Feijão
3º	Hortigranjeiros	Arroz
4º	Confecções	Farinha de mandioca
5º	Artigos de cama, mesa e banho	Confecções

Fonte: Relatório Sies (2005/2007) - Senaes

Comparativo do custo de produtos

Produto	Mercado (valor médio)	Compra coletiva
Açúcar mascavo orgânico	R\$10,20 - 1kg	R\$3,60 - 1kg
Arroz cateto	R\$7,80 - 1kg	R\$3,90 - 1kg
Farinha de Trigo Fina	R\$6,29 - 1kg	R\$2,15 - 1kg
Feijão Azuki	R\$5,75 - 500g	R\$2,45 - 500g
Hamburguer de soja	R\$5,80 - 280g	R\$6,50 - 250g

Dados coletados em Florianópolis

Secretarias atrasam programa de dislexia

A iniciativa inclui identificação e acompanhamento para o aluno de ensino fundamental que for diagnosticado com o distúrbio

O programa para identificação da dislexia nas escolas de Santa Catarina, autorizado desde janeiro pelo governo estadual, ainda não foi regulamentado pelas secretarias de Saúde e Educação. De acordo com a lei 14.658, a formulação de diretrizes para a execução do programa está sob responsabilidade das secretarias. A legislação prevê a realização de exames nos alunos matriculados na rede estadual de ensino e o acompanhamento dos portadores da dislexia por profissionais da área.

Segundo a coordenadora de educação especial do estado de Santa Catarina, Rita de Cássia Kleber, duas equipes de funcionários das secretarias da Saúde e Educação serão responsáveis pela implantação do programa. Até o momento, elas ainda não foram formadas devido ao atraso das atividades.

Prevista para entrar em vigor ainda em 2009, a iniciativa visa a capacitação permanente dos professores para o auxílio na identificação da dislexia, contemplando, ainda, a aplicação de exames que identifiquem casos do problema nos alunos, principalmente, do ensino fundamental da rede estadual. Esse diagnóstico e posterior acompanhamento deverá ser feito por profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, fonoaudiólogos, médicos e psicopedagogos. O custo mensal de uma equipe assim é, em média, R\$ 500,00 por aluno.

Apesar de a dislexia geralmente ser percebida apenas na fase adulta, ela pode ser diagnosticada nos primeiros anos do ensino fundamental. "O grande ganho da escola que consegue identificar a criança disléxica é fazer a ponte entre profissionais, instituição e aluno", explica Sandra Carrieri, pedagoga do Colégio Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atualmente há dois disléxicos. Ali, como na maioria das escolas brasileiras, não há um profissional especializado identificar e prestar acompanhamento. O Colégio de Aplicação proporciona, quando necessário, a presença de um bolsista nas salas para auxiliar alunos com essas características.

Auxílio aos disléxicos

A dona de casa e estudante do



Debora Oliveira

Se diagnosticada nos anos do ensino fundamental, a dislexia pode ser aliada à educação

O distúrbio

As características da dislexia

A dislexia é uma diferença no funcionamento das áreas de linguagem do cérebro. Não se trata de uma doença ou anormalidade. Na maioria dos casos, ela vem associada a outros problemas de atenção como o Transtorno do Déficit de Atenção.

De origem genética, a dislexia é a dificuldade no processamento cerebral da informação. Ela se dá nos lobos parietais, que ficam na parte superior do cérebro. É nessa região onde se realiza a decodificação das imagens que chegam da visão, como no caso da leitura. Nos disléxicos, é comum a troca ou inversão de letras, o que pode resultar na fala e na escrita equivocada das palavras. Outro problema corriqueiro é a falta de memorização no momento destinado à leitura. Depois de enxergar uma das letras da palavra, o indivíduo, ao passar para a próxima, se esquece da anterior. Isso acontece de forma muito rápida no cérebro, causando confusão e cansaço no leitor.

Ao contrário do que possa parecer os disléxicos apresentam inteligência normal, e em muitos casos, acima da média. De acordo com a psicopedagoga e pesquisadora Lucília Travassos, os disléxicos, além de criativos, possuem um pensamento pictórico, em forma de figuras, ideal para trabalhar com imagens 3D. A recorrência do distúrbio é grande entre cientistas e artistas. Dentre eles, nomes como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Charles Darwin,

Magistério, Ilma Gonçalves, 44 anos, descobriu ser disléxica em 2006. Foi depois de levar o filho de dez anos para consultar diferentes especialistas, devido às dificuldades de aprendizagem que o garoto apresentava, que Ilma se deu conta de que possuía as mesmas características apontadas pelos médicos como dislexia.

Ao perceber que a escola não se interessava pelo aprendizado do filho, Ilma mudou a criança de colégio e passou a comprar livros para conhecer mais sobre dislexia. Hoje, ela e o filho gastam R\$48,00 por mês na compra de um remédio usado em situações de grande esforço de concentração como a realização de tes-

tes ou provas.

De acordo com a psicopedagoga e pesquisadora Lucília Travassos, doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento do Conhecimento pela UFSC, não existe nenhum outro tipo de exame que identifique a dislexia, a não ser o clínico, que é feito pelo método da eliminação. Geralmente os primeiros profissionais a serem procurados são médicos oftalmologistas, otorrinolaringologistas ou até neurologistas que verificam possíveis problemas de visão e audição. Há casos em que apenas psicopedagogos conseguem identificar o distúrbio.

Debora Oliveira

Processos contra sistema de cotas na UFSC chegam a 119

Já são 119 os processos abertos contra a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por vestibulandos que se sentiram prejudicados pelo sistema de cotas em 2009. De acordo com dados da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve), os cursos que mais receberam ações foram Direito noturno, com 17 processos abertos, Medicina, com 12, e Odontologia, com nove. Em cada um deles pode haver mais de um requerente.

Quando o aluno entra com o processo contra a universidade, o juiz pode conceder uma liminar para que o estudante consiga efetuar sua matrícula de forma provisória até que o julgamento seja realizado. Assim, ele pode começar a estudar enquanto aguarda a decisão da justiça e não é prejudicado caso ganhe a ação.

Para garantir matrícula definitiva na universidade, o aluno deve ter seu processo aprovado em duas instâncias. A primeira delas é julgada pela Seção Judiciária de Florianópolis. Se a resposta for positiva, o processo segue para o Tribunal Regional Federal da 4ª região, com sede em Porto Alegre.

Tanto o aluno quanto a universidade podem recorrer contra decisões da Justiça. Em geral, a instituição entra com pedido de agravo, para que a liminar seja derrubada. O vestibulando pode, então, entrar com outro recurso e tentar obter sentença favorável, ou seja, conseguir ser matriculado novamente. Devido a esses trâmites da Justiça, não há tempo médio para duração das ações.

Os processos são vários e cada um possui uma interpretação que depende do juiz responsável pela ação. Alguns, por exemplo, concedem a liminar apenas depois de realizada a reclassi-

cação do aluno. Ou seja, simula-se a classificação geral do vestibular sem as determinações do sistema de cotas e, se o aluno obtiver pontuação necessária nessas condições, será matriculado. No entanto, há casos de alunos que chegam a ganhar a liminar, mas quando sua posição na reclassificação é analisada, ele não possui pontos suficientes.

Para o advogado Alexandre Araújo Konescki, a universidade não cumpre com a própria resolução que criou o Programa de Ações Afirmativas e que inclui as determinações do sistema de cotas (008/CUn/2007). De acordo com a normativa, deve haver "ampliação de vagas nos cursos de graduação", assim como a abertura de cursos noturnos.

O advogado garante que os 15 casos que está defendendo prevêm a não retirada do aluno cotista. Renata Santos Nogueira, mãe de uma das clientes de Konescki, diz que não deseja a retirada do aluno que entrou pelo sistema de cotas. "Só queremos que a universidade siga o que determinou", explica.

Não aparece na resolução uma relação direta entre o sistema de cotas e a criação de um número determinado de vagas. Além disso, de acordo com o procurador Parma, o juiz não determina se serão criadas mais vagas. Ele apenas julga se a universidade possui autonomia para implementar o sistema. Caso a decisão seja desfavorável à instituição, o aluno que entrou com o processo será classificado de acordo com a pontuação geral e o estudante que passou no vestibular pelo sistema de cotas, mas tirou nota menor, terá que ser retirado da universidade.

Aline Fernandes

Discussões giram em torno da constitucionalidade do programa

Implementado pela primeira vez no Brasil em 2003, o sistema de cotas provoca polêmica não só em Florianópolis, mas em todo o país. No Senado, discute-se um projeto de lei para que todas as universidades federais implementem o programa. Em vários lugares do Brasil, estudantes processam as instituições que já possuem o sistema. A principal discussão está relacionada à constitucionalidade ou não do programa.

Um dos argumentos utilizado pelos estudantes refere-se ao artigo 22 da Constituição Brasileira que concede apenas ao Governo Federal a competência para legislar acerca de diretrizes e bases da educação nacional. Ao mesmo tempo, a mesma Constituição prevê a autonomia da universidade

tanto para questões administrativas, quanto didático-pedagógicas.

Outro argumento trata do artigo 5º da Constituição Federal, que prevê a igualdade de todos perante a lei. Os estudantes defendem que a reserva de vagas é inconstitucional por diferenciar os candidatos no processo de seleção. Já as universidades alegam, com base no mesmo artigo, que é a igualdade de acesso à instituição que deve ser garantida.

De acordo com Nilto Parma, procurador da UFSC, há bons argumentos dos dois lados. O advogado acredita que as decisões são bem fundamentadas e dependem, principalmente, da composição dos três juizes dos Tribunais Regionais Federais que julgam o processo. (A.F.)

Adesão ao Reuni agrava problemas de infraestrutura

UFSC abre 651 novas vagas, mas faltam salas, laboratórios e prédios. Apesar do investimento de R\$ 10 milhões, nenhuma obra está concluída

O cronograma do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê para o campus de Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) uma reforma, três ampliações e 15 prédios novos para sanar o problema da falta de espaço para as atividades pedagógicas. Cinco dessas obras estavam programadas para iniciar em 2008, mas as construções só começaram neste ano. O programa gerou o aumento de 651 vagas desde 2008 e mais 1799 devem ser abertas até 2012.

Desde o ano passado, a UFSC recebeu R\$10.845.498 (ver infográfico) para investir na ampliação do Centro de Educação (CED), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), do Restaurante Universitário (R.U.) e da Moradia Estudantil, além da construção do novo prédio do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e do Bloco I de salas de aula (ver matéria abaixo).

O bloco D do CED está em obras, com conclusão prevista para fevereiro de 2010. Serão transferidos para lá laboratórios, salas de professores e "tudo que não for sala de aula", segundo o diretor do centro, Wilson Schmidt. Para as salas, será reformado o bloco A, ainda sem data definida. No CFH, a ampliação do Bloco D começou em abril deste ano e está programada a construção de um prédio em 2010.

Também em abril, começaram as obras do novo prédio do CCA. A estimativa é que a só a estrutura de concreto armado, responsável pela sustentação

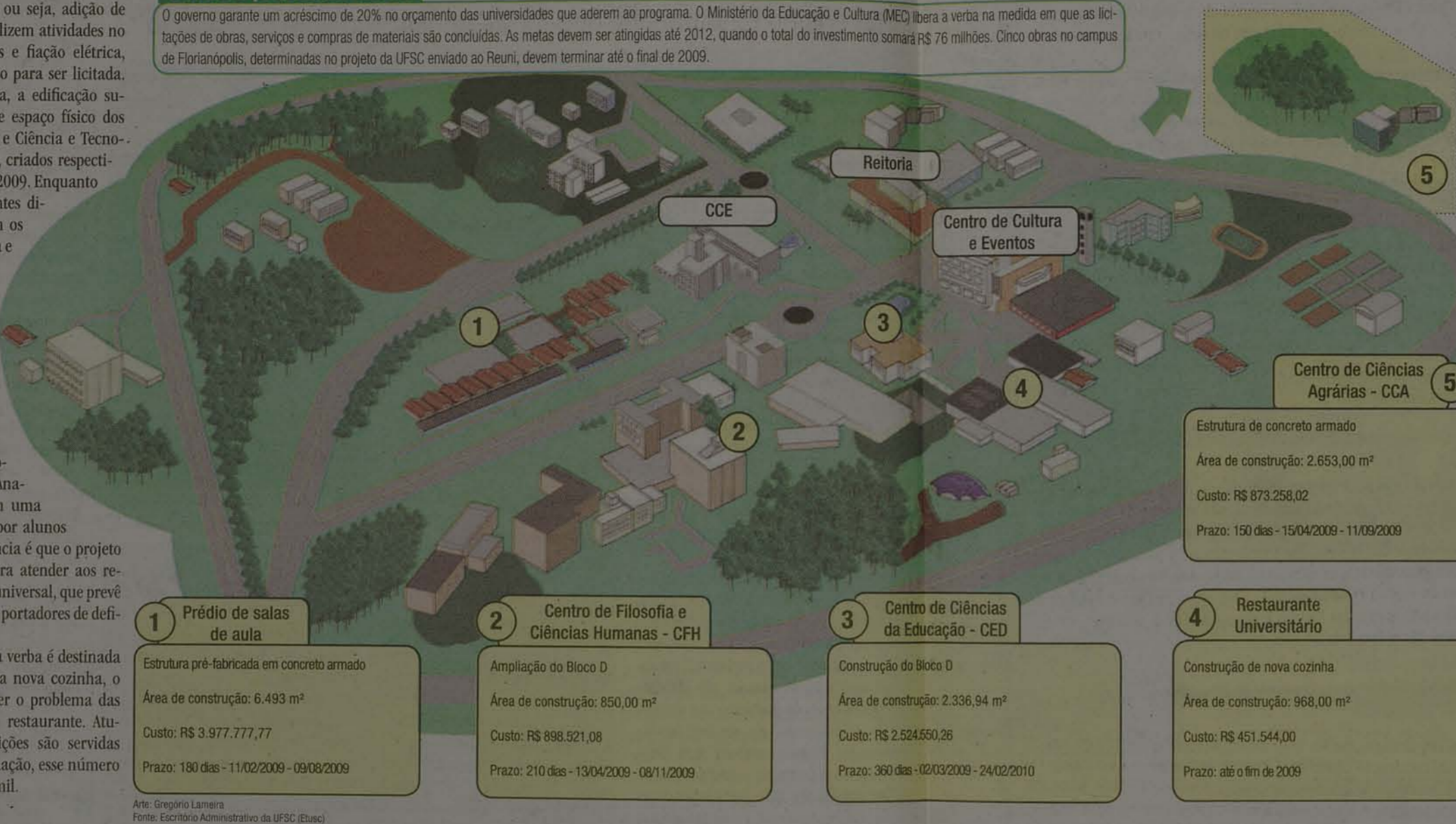
do prédio, fique pronta em setembro. A complementação, ou seja, adição de elementos que viabilizem atividades no local, como paredes e fiação elétrica, ainda não tem prazo para ser licitada. Quando ficar pronta, a edificação suprirá a demanda de espaço físico dos cursos de Zootecnia e Ciência e Tecnologia Agroalimentar, criados respectivamente em 2008 e 2009. Enquanto isso, os 120 estudantes dividem o espaço com os cursos de Agronomia e Engenharia de Aquicultura.

A ampliação da Moradia Estudantil, orçada em R\$ 2.119.847,55, está suspensa devido a uma recomendação feita pela procuradora da República, Anailúcia Hartmann, em uma ação encaminhada por alunos da moradia. A exigência é que o projeto seja reformulado para atender aos requisitos do desenho universal, que prevê a acessibilidade para portadores de deficiência física.

Quando ao R.U., a verba é destinada à construção de uma nova cozinha, o que não deve resolver o problema das filas para entrar no restaurante. Atualmente, 3.500 refeições são servidas por dia. Com a ampliação, esse número deve subir para seis mil.

Cifras e prazos do Reuni

O governo garante um acréscimo de 20% no orçamento das universidades que aderem ao programa. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) libera a verba na medida em que as licitações de obras, serviços e compras de materiais são concluídas. As metas devem ser atingidas até 2012, quando o total do investimento somará R\$ 76 milhões. Cinco obras no campus de Florianópolis, determinadas no projeto da UFSC enviado ao Reuni, devem terminar até o final de 2009.



Arte: Gregório Lameira
Fonte: Escritório Administrativo da UFSC (Etusc)

Permutas

Acordos informais entre os centros permitem compartilhamento do espaço

Enquanto o número de alunos aumenta e as obras de infraestrutura não acompanham esse crescimento, uma das saídas emergenciais é negociar permutas de salas. Nos centros que aderiram ao Reuni e abriam novas vagas em 2008 e 2009, essa política já se tornou uma prática pelo menos enquanto as ampliações não ficam prontas. Um exemplo é o curso de Artes Cênicas, iniciado em 2008, que tem como sede o Centro de Comunicação e Expressão (CCE), mas que usa uma sala no Centro de Física e Matemática (CFM) como espaço para ensaios.

O CFM abriu 70 vagas no vestibular 2009-2010 para o curso novo de Licenciatura em Química. O centro tem 11 salas, número insuficiente de acordo com o diretor Tarciso Grandi. "Temos alunos espalhados pelo campus. Algumas salas são no Centro Tecnológico (CTC), outras no

Centro Sócio-Econômico (CSE)", conta. Seriam necessárias 19 salas novas para suprir a demanda. No CTC, que abriu 67 novas vagas em 2008 e 2009, 30 alunos também usam salas de outros centros. O diretor Edison da Rosa acredita que a expansão do prédio da Engenharia Sanitária e Ambiental, executada com R\$ 1.366.023 dos recursos da universidade, poderá resolver o problema, pois incluirá sete salas de aula. No momento, as obras estão paradas, pois não foram concluídas no prazo estabelecido - 27 de maio. Para dar continuidade ao trabalho, será feita uma nova licitação, ainda sem data estipulada.

Wilson Schmidt, diretor do Centro de Ciências da Educação (CED), diz que as permutas de salas já ocorriam antes do Reuni, pois as demandas por espaço sempre existiram. "O

espaço é da universidade, ela não deve ser fragmentada", afirma. Ainda não houve ampliação de vagas no CED, mas no vestibular suplementar de 2009 será oferecido o novo curso de Licenciatura do Campo, e para o ano que vem está prevista a abertura de Pedagogia (noturno) e Arquivologia, o que totaliza 130 novas vagas. A diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Roselane Neckel, fala sobre uma "rede de colaboração" informal. "Quando falta espaço, entramos em contato com os outros centros, priorizando os mais próximos. Por exemplo, se falta sala no período matutino, negociamos com o CED, que não tem aulas nesse turno", explica. No CFH foram abertas 30 novas vagas em 2008, com a implantação de Oceanografia, e 24 em 2009, nos cursos já existentes. (L.F.)

Bloco I de salas de aula provoca controvérsias

Gestor do Reuni na UFSC e direção do CFM discordam quanto à destinação do prédio

Uma das expectativas para solucionar o problema da falta de espaço para as atividades é o Bloco I, que terá vinte salas, com capacidade para 50, 70 e 100 alunos, disponíveis para aulas teóricas de todos os cursos. O prédio ficará atrás de onde estão, hoje, os modulados do Centro de Física e Matemática (CFM) e o Centro de Ciências Biológicas (CCB). O espaço para construção já está todo liberado, segundo João Batista Furtuoso, pró-reitor de Infraestrutura, mas a previsão do Escritório Administrativo da UFSC (Etusc) é que o bloco fique pronto para uso somente a partir de 2011.

A estrutura pré-moldada tem custo total de R\$ 3 milhões e deve ficar pronta em 9 de agosto. Segundo Furtuoso, a licitação da segunda etapa, de comple-

mentação do prédio, deve ser feita no segundo semestre, quando será definido o valor da obra. A destinação do Bloco I é alvo de polêmica. De acordo com Mário Kobus, gestor do Reuni na UFSC, a proposta é atender a todos os centros, "promovendo uma maior integração na universidade". Mas o CFM terá de se adequar diante da construção de um novo prédio para o Centro de Comunicação e Expressão (CCE), previsto para 2011. Essa ampliação trará a necessidade de realocar salas de aula, biblioteca setorial, coordenadorias, direção e laboratórios de demonstração do CFM em outros espaços. Furtuoso ressalta que "não está definido ainda para onde vai aquela parte. Vamos ter que encontrar alternativas e ir liberando espaço para as novas construções". O diretor do CFM, Tarciso Grandi, acredita então que a prioridade do Bloco I será para os cursos do CFM e do CCB. "A nossa grande expectativa gira em torno desse prédio", afirma, embora concorde que, enquanto as salas não estiverem em uso pelo CFM nem pelo CCB, devem ser aproveitadas por cursos de outros centros. Kobus ameniza a situação e afirma que não haverá prejuízo com a demolição dos modulados, já que está sendo feita uma ampliação no Bloco D, próximo ao Colégio de Aplicação. Essa obra não conta com recursos do Reuni. A verba de R\$ 797 mil reais, referente só à estrutura do prédio, é proveniente do orçamento da UFSC. Essa parte já está pronta e, de acordo

Professores remanejados suprem a falta de especialistas nas novas áreas

A falta de estrutura física não é o único problema que atinge a UFSC. A escassez de professores é uma preocupação para coordenadores de cursos, diretores de centros e alunos. Uma das metas determinadas no decreto 6.096/07 do Governo Federal, que estabelece o Reuni, é aumentar a relação de alunos por professor. Na UFSC, esse número deve chegar a 21,75 no final do programa, em 2012 (ver gráfico), quando mais 400 novos professores deverão ser contratados.

Em abril, foi lançado o edital 034/DDPP/2009, que abre 79 vagas para professores - 54 para Florianópolis, 10 para Curitiba e nove para Joinville e seis para Araranguá. Mas eles não iniciam as atividades no começo do próximo semestre. "Nossa resolução interna prevê um prazo de até quatro meses para o trâmite do concurso. Esses professores vão ser contratados só no final do ano", afirma a chefe de Divisão de Admissão e Movimentação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (DAM/PRDHS), Eliete Bahia Costa. A solução encontrada, por enquanto, foi deixar professores de áreas diferentes responsáveis pelas aulas. O Centro Sócio-Econômico (CSE) foi o que mais abriu novas vagas após o Reuni - 140 desde 2008. O novo curso de Relações Internacionais, por exemplo, que abriu 40 vagas, tem seis professores, cedidos pelos departamentos de Economia, Direito, Sociologia e Ciência Política, História e Ciências da Informação.

O Centro de Comunicação e Expressão (CCE) figura em segundo lugar, com 130 novas vagas. Nos últimos dois anos foram criados os cursos de Artes



Fonte: Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) / Projeto de UFSC para o Reuni
Gráfico: Rafaela Volkman

Cênicas e as novas habilitações de Design: Design de Produtos e Design de Animação. Artes Cênicas tem apenas um professor efetivo e dois substitutos. Por enquanto, docentes de Cinema, Educação Física, Língua e Literatura Vernácula e Língua e Literatura Estrangeiras ministram as aulas. O curso de Design, como já possuía habilitação em Design Gráfico, remaneja professores, nem sempre especializados nas novas habilitações.

Para Araranguá, Curitiba e Joinville, que iniciam as atividades em agosto (ver box), a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG) está discutindo uma solução com os diretores dos campi. De acordo com Carlos José de Carvalho Pinto, diretor da PREG e pró-reitor em exercício, a expectativa é que "professores de Florianópolis escolhidos a dedo" sejam deslocados para lá. Para substituí-los, o pró-reitor admite a possibilidade de abrir concurso para substitutos. O diretor da Associação dos Professores da UFSC (Apufs), Armando de Melo Lisboa, reclama que há pouca transparência nas ações desenvolvidas pela Reitoria e que a Apufs não está a par de projetos de contratação de professores, nem de melhorias das condições de trabalho dos atuais. "A Apufs não é contrária ao Reuni, mas à briga ideológica que se estabeleceu nos debates. O que tinha que ser discutido eram melhorias para o projeto", afirma. Pinto garante que a discussão do Reuni foi aberta a toda a comunidade acadêmica, mas como a Apufs é uma associação de classe, equivalente a um sindicato, não influencia nos processos administrativos. "De qualquer maneira, estamos abertos a qualquer solicitação da Apufs, mas até hoje, nada foi pedido". (B.P.)

Vestibular

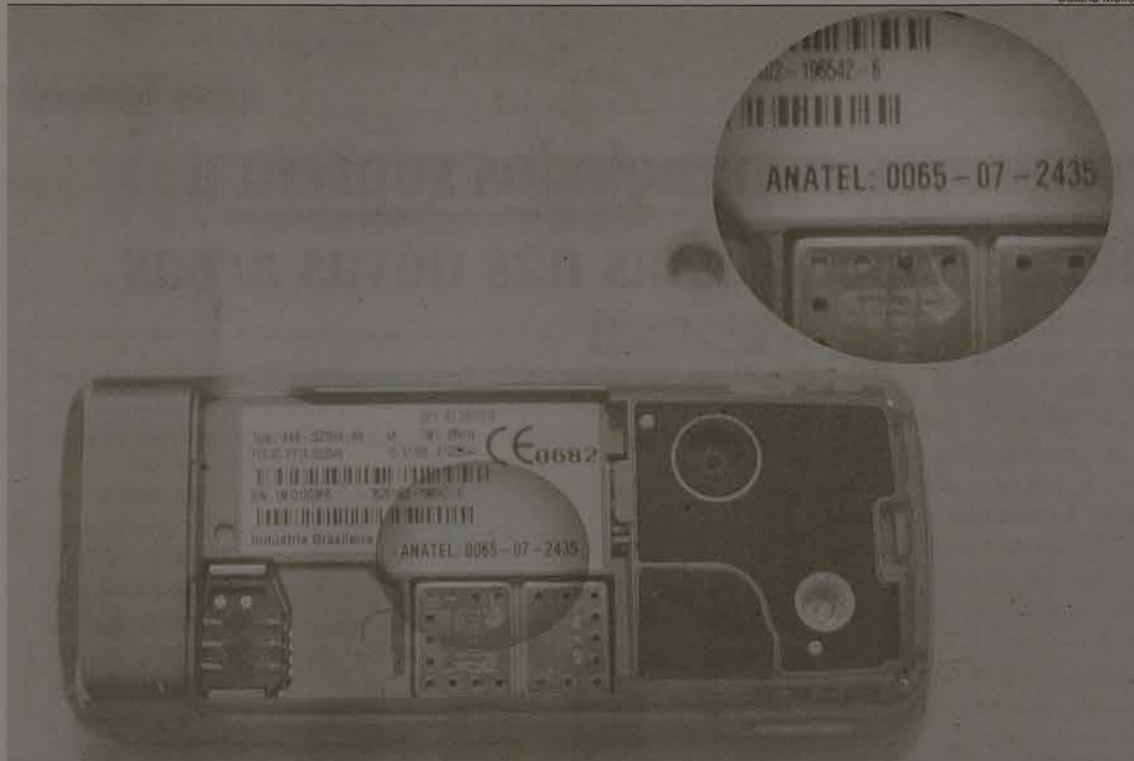
Campi do interior oferecem 480 vagas mesmo sem edificações concluídas

Em julho ocorrem as provas do Vestibular Suplementar da UFSC, que oferece 645 vagas, das quais 480 são nos novos campi de Araranguá, Curitiba e Joinville. Nenhum deles está totalmente finalizado e apenas em Araranguá as atividades irão iniciar no espaço destinado à universidade.

Araranguá - Tecnologia da Informação (100 vagas) - Investimento: R\$ 1.568.842,08
Situação: falta instalar os ar condicionados e ligar a rede elétrica do primeiro bloco. A previsão do Escritório Administrativo da UFSC (Etusc) é que isso seja feito nas próximas semanas, possibilitando o começo das aulas no local. A construção do segundo prédio tem até o dia 3 de novembro para ser finalizada.

Curitiba - Ciências Rurais (180 vagas) - Investimento: R\$ 1.941.311,51 (construção) e R\$ 3.393.333,33 (complementação)
Situação: a estrutura do prédio foi entregue. A complementação da obra está em andamento e tem prazo de execução até dezembro. As aulas serão em dependências alugadas da Universidade do Contestado (UNC) até a conclusão das obras.

Joinville - Engenharia da Mobilidade (200 vagas) - Investimento: Indeterminado
Situação: Dificuldades do terreno, como alargamentos, impossibilidades de acesso e um rio, uma ferrovia e redes de alta tensão atravessando a área, impedem uma previsão de quando o campus ficará pronto. Enquanto os problemas de infraestrutura do local ainda não são resolvidos, os alunos devem iniciar as aulas na Univil. (L.F.)



A certificação da Anatel, órgão responsável pela fiscalização de celulares no Brasil, garante a segurança durante o uso destes aparelhos

Falta de certificação expõe usuário a risco

Anatel alerta para os danos que celulares podem causar à saúde

Encontrados no mercado por valores que podem custar até menos de um terço dos preços dos originais, os celulares não autorizados no Brasil afetam a saúde dos usuários. Entre os riscos apontados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável pela homologação dos aparelhos, está a explosão de baterias e danos aos tecidos do corpo humano devido ao aquecimento proporcionado pelo excesso de radiação.

A Specific Absorption Rate (SAR) é a medida usada para quantificar a taxa de absorção de energia pelos tecidos do corpo humano. Os celulares emitem ondas eletromagnéticas que, ao se propagarem, transformam-se em calor, provocando o aumento da temperatura do organismo, principalmente dos testículos e olhos. Outro risco dos não homologados é a possível explosão de baterias. O gerente de certificação da Anatel, Itamar Barreto Pael, explica que somente as de lítio, autorizadas, possuem um circuito de controle, que evita o superaquecimento.

Aparentemente com as mesmas funções dos aparelhos de marcas tradicionais, os celulares similares aos smartphones — que possuem suporte a formato mp3, vídeos, leitor de e-books (livros virtuais) e calculadora —, apresentam problemas. Um deles é quanto à resolução das câmeras fotográficas, que geralmente apresentam qualidade inferior à declarada nas embalagens.

Outro problema enfrentado pelos

usuários aparece quando os aparelhos quebram. Dificilmente eles são recuperados pelas assistências devido à falta de peças no mercado. O defeito mais comum é a quebra da tela de cristal líquido, o chamado *display*. A funcionária de um box de assistência técnica de Florianópolis, Bianca Thiesen, diz que a maioria dos celulares contrabandeados que chegam na oficina não possui uma proteção no *display*, como os originais. Quando estragam, têm de ser descartados.

Pirataria

Nos camelódromos da capital é possível encontrar celulares não certificados, vindos da China e do Japão, por preço mais acessível. O iPhone original, lançamento da Apple, custa em torno de R\$1900,00. Nos camelôs, algumas imitações podem ser encontradas a partir de R\$ 450,00. Marcas como Vaic, Foston, Doctom e Mox produzem modelos de mp7, mp8 e imitações do iPhone, mas nenhum deles foi submetido aos testes de qualidade da Anatel.

Para combater produtos não autorizados, o Ministério da Justiça lançou, este ano, o Plano Nacional de Combate à Pirataria. A ideia é que, até 2012, todas as 23 ações estejam implementadas. Uma delas é a Cidade Livre de Pirataria que prevê o trabalho integrado dos governos federal e municipal, inicialmente, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Ribeirão Preto e Curitiba. Estão pre-

vistas, também, parcerias com lojistas para incentivar o consumidor a comprar produtos originais.

Débora Oliveira

Verifique

Como saber se o celular é original

É possível verificar se um aparelho é legalizado removendo a bateria. Se certificada, o consumidor verá um selo com a sigla Anatel acompanhada por um número de homologação. A ausência do selo indica que o consumidor está sujeito a riscos.

A fiscalização dos aparelhos não autorizados é de responsabilidade do Ministério Público e da Anatel. Denúncias podem ser feitas pelo site www.anatel.gov.br ou pelo número 133. Nesses órgãos não existe nenhum sistema capaz de rastrear os celulares não homologados. A única ferramenta com condições de fazer essa verificação está nas empresas de telefonia. Quando um aparelho é legalizado, as operadoras conseguem identificar o IMEI, que é a inscrição do aparelho no país. Caso ele esteja ilegal esse código não é identificável.

Pessoas que comprarem aparelhos sem o conhecimento da não homologação devem procurar os órgãos de defesa do consumidor, a exemplo do Procon ou entidades não governamentais como a Pro Teste para receberem orientação. (D. O.)

CURTAS

Próximos editais e resultados de incentivo ao desenvolvimento científico

- No dia 13 de maio foi lançado o Programa Pibic nas Ações Afirmativas. O projeto piloto, uma cooperação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o CNPq, tem o objetivo de distribuir 600 bolsas de iniciação científica a alunos que entraram na universidade através do sistema de ações afirmativas.

Neste primeiro edital, apenas universidades públicas com cotas Pibic e uma política de ações afirmativas puderam participar. A UFSC participará do projeto e, caso seja contemplada, as novas bolsas serão adicionadas ao número já existente na instituição.

- Foi lançado, no dia 19, o Edital Universal de 2009. Serão destinados R\$ 100 milhões para apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Os interessados podem inscrever seus projetos até o dia 5 de agosto, através do formulário online de propostas, disponível na Plataforma Carlos Chagas do site do CNPq. O resultado será divulgado em novembro de 2009. Confira o edital em: <http://www.cnpq.br/editais/ct/2009/universal.htm>

- A relação dos projetos aprovados para a Bolsa de iniciação Científica Júnior Fapesc/Cnpq será divulgada até o dia 31 de julho na home page da FAPESC: www.fapesc.sc.gov.br e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Como requisitos para a participação do processo seletivo, os estudantes devem ser alunos de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 1º e 2º anos do Ensino Médio ou Profissionalizante das Escolas Públicas de Santa Catarina. O valor mensal das bolsas é de R\$ 100.

- O CNPq divulgou, no dia 18 de junho, o resultado do Prêmio José Reis de Divulgação Científica. A instituição vencedora foi o Espaço Ciência, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco. A homenagem à instituição ganhadora será feita durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O evento acontecerá entre 12 e 17 de julho na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Esta é a 29ª edição do prêmio, promovido pelo CNPq e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia desde 1978.

- O CNPq abriu edital para incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de biocombustíveis de segunda geração. Serão destinados R\$ 11,6 milhões para propostas que enfoquem avanços tecnológicos em relação às matérias primas originárias da biomassa, às técnicas de conversão, à integração de processos e a sustentabilidade.

Poderão apresentar propostas pesquisadores doutores com vínculo empregatício ou funcional com instituição de ensino superior (IES), centro e instituto de pesquisa e desenvolvimento público, ou privado sem fins lucrativos, e que tenham seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes.

As propostas devem ser encaminhadas ao CNPq até o dia 12 de julho, com preenchimento do formulário de propostas online, disponível em www.carloschagas.cnpq.br

Reciclagem facilita construção civil

Experimentos comprovam que a substituição de tijolos por garrafas PET atende normas previstas pela ABNT

"Algumas provocações conceituais, no âmbito da Construção Civil", é assim que Luiz Carlos Pereira, mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), define a casa que está construindo em seu quintal no Campeche. A obra, que começou em abril de 2004, chama a atenção pelo uso de materiais alternativos em sua montagem, como bambu, isopor, fibra de bananeira e casca de árvore. Em seus três andares foram utilizados, no lugar de tijolos, mais de 4 mil garrafas de politereftalato de etileno, popularmente conhecido como PET.

Entre os motivos que levaram Pereira a utilizar este tipo de material está a dificuldade em transportar tijolos. Cada um pesa, em média, dois quilos e meio. "Eu pegava um reboque, enchia de garrafas e transportava até um sítio lá em Biguaçu, onde eu morava", conta Pereira. A garrafa ocupa o mesmo espaço que um tijolo de 6 furos, que custa 40 centavos a unidade. Cada embalagem PET é comprada por Pereira a 15 centavos de uma associação de catadores da Costeira.

O uso de materiais recicláveis em construção civil está sendo estudado por alunos e professores do Departamento de Arquitetura da UFSC. A pesquisa desenvolvida por membros do Laboratório de Sistemas Construtivos (Labsisco) envolve testes para verificar a eficiência do material. Experimentos provaram que o conjunto atende a todos os requisitos técnicos regulamentados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como, por exemplo, resistência contra arrombamentos. Pôde-se verificar que PET serve como isolante térmico, pois o ar presente nas garrafas impede que a temperatura de fora da casa interfira nos ambientes internos. Para dinamizar o processo de construção da casa, são montados painéis de garrafas que já vão prontos para o local da obra.

O supervisor do Labsisco, Fernando Barth, explica que existem barreiras para que esta técnica se popularize na construção civil. "Numa primeira etapa, é preciso vencer o preconceito existente em relação ao material, considerado lixo". A comprovação de que as garrafas PET atendem às especificações técnicas exigidas pela ABNT atua de forma positiva neste aspecto, mostrando esta opção como viável. Em uma segunda etapa, considerada por Barth a mais difícil, deve-se buscar maneiras de popularizar o uso de materiais alternativos na construção civil.

Para isso, é necessário industrializar os processos de fabricação, tornando viável a produção em grandes quantidades. "As iniciativas individuais, como a de Pereira, contribuem neste processo, mas os estímulos mais efetivos partem das iniciativas públicas e privadas", justifica Barth.

Outras alternativas

Semelhante à iniciativa de Pereira, José Alcino Alano, morador de Tubarão – sul do estado – desenvolveu um aparelho capaz de aquecer água usando iluminação solar. Com a ajuda da família, o eletromecânico aposentado construiu um aquecedor utilizando material reciclável. Embalagens longa vida, como caixas de leite, por exemplo, são pintadas de preto para absorver uma maior quantidade de luz, aquecendo um cano PVC por onde corre a água. As garrafas PET impedem que o calor seja perdido antes de chegar à caixa d'água (ver infográfico). De acordo com medições de Alano, a temperatura da água chega a 37° graus no inverno e a 50° graus no verão.

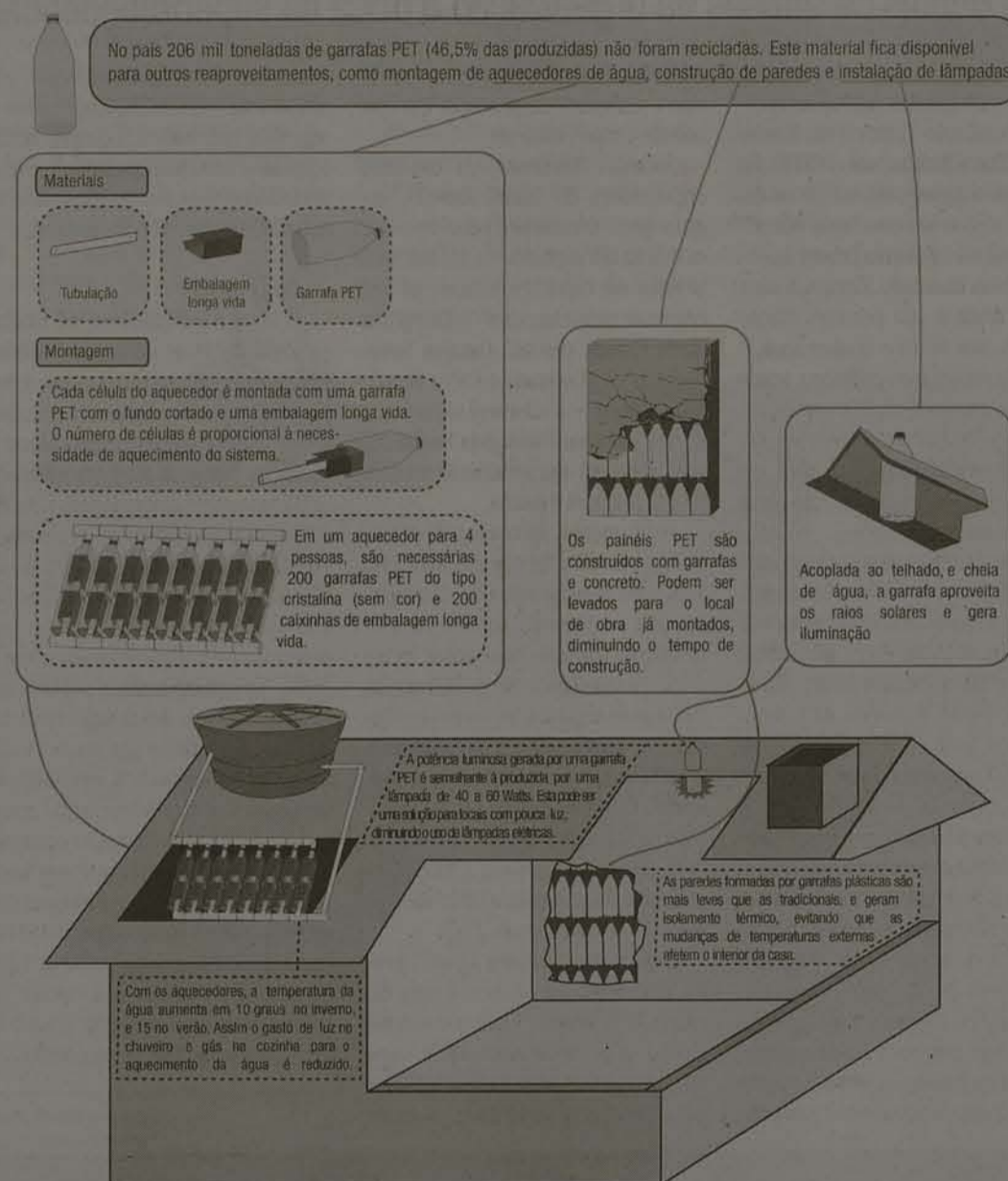
O aposentado patenteou a invenção, que custa cerca de R\$ 600, e não cobra pelo uso para instituições sem fins lucrativos ou moradias. Uma parceria firmada em 2006 entre o inventor e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), possibilitou a construção de 123 aquecedores solares no estado. A Celesc ficou encarregada da montagem e instalação do sistema, implantado em domicílios de baixa renda. A empresa estima que cerca de oito mil pessoas foram beneficiadas e aproximadamente 70 mil embalagens recicladas.

O coordenador administrativo do projeto, Jacó Florêncio da Rocha, funcionário da Celesc, explica que o uso dos aquecedores solares auxilia também no controle da demanda de eletricidade, diminuindo o custo em manutenção e adiando a necessidade de construção de novas unidades geradoras. Em março deste ano, a Celesc firmou parceria com a Cooper Solar, estendendo o projeto para o bairro José Mendes. Localizada no Maciço do Morro da Cruz, a cooperativa será responsável pela construção de 487 aquecedores solares. Os equipamentos produzidos deverão ser instalados em casas que estão previstas entre as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região. O projeto conta ainda com o apoio da Prefeitura de Florianópolis e da Caixa Econômica Federal.

Diego Kerber

O uso de materiais reciclados na construção civil

O PET tornou-se popular como embalagem de alimentos por sua resistência e leveza. Experiências pelo país mostraram que estas características tornam o material útil para a construção civil, algumas bastante simples para se aplicar em casa.



Infográfico: Gregório Lameira
Texto: Diego Kerber

Reciclagem

Brasil é o segundo país que mais recicla garrafas PET

A reciclagem pode se dar de duas formas: pela utilização de materiais para outros fins, como uso de garrafas PET como tijolos, e pela transformação total do produto em outro. O Brasil é o segundo país que mais recicla PET em relação ao que produz (53%), perdendo apenas para o Japão (66%). No ano passado, de acordo com a Associação da Indústria do PET (Abipet), foram recicladas 231 mil toneladas do material. Existem três processos de reciclagem das garrafas: químico, energético e mecânico. No reaproveitamento químico, as cadeias de moléculas são desmontadas quando expostas a uma substância, e o material é reutilizado. Este processo é pouco utilizado no Brasil. Com a reciclagem ener-

gética, pode-se gerar eletricidade através da queima das garrafas. Este processo não libera substâncias tóxicas, e apesar de gerar grande quantidade de energia, é pouco utilizado.

O método mais empregado no país é a reciclagem mecânica, onde o material é separado do restante do lixo. As garrafas são agrupadas de acordo com a cor e, depois de moídas, são usadas como matéria-prima de novos produtos. No Brasil, 57% do material reciclado é transformado em poliéster, tipo de plástico utilizado na indústria têxtil.

O PET também está presente nas embalagens longa vida, que são compostas por quatro camadas de polietileno, uma de papel e uma de alumínio. É preciso se-

parar as partes para realizar a reciclagem de cada elemento. Inicialmente o material é hidratado, para separar o papel das outras camadas. De cada tonelada de embalagens, é possível extrair 680 quilos de papel. A mistura restante, composta por alumínio e PET, pode ser utilizada na produção de telhas, canetas, vassouras, entre outros produtos. O método Plasma, pesquisado pelas empresas Klabin, Tetra Pack, Alcoa e TSL Ambiental, possibilita a separação destes dois materiais. A técnica desenvolvida no Brasil divide o metal e o plástico restantes através do aquecimento e possibilita a reciclagem de cada um. Em 2007, foram recicladas 48 mil toneladas de embalagem longa vida (25% das produzidas no país). (D. K.)

Isnard Azevedo abre cortinas só em agosto

Data oficial do festival de teatro muda pela terceira vez em quatro anos depois de atrasos da organização e troca da superintendência

Inicialmente marcado para abril, entre 10 e 26 um dos principais eventos da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) foi adiado para agosto, do dia 10 ao dia 31. Este já é o terceiro "mês oficial" que o Festival de Teatro Isnard Azevedo, também chamado Floripa Teatro, possuiu desde a sua primeira edição em 1993. Nos últimos quatro anos, o Isnard Azevedo, que começou sendo realizado em novembro, teve um calendário turbulento: não ocorreu em 2006, foi remanejado para abril em 2007 e neste ano, sua 16ª edição passa por outra mudança.

Diante de um contexto de reforma administrativa na Prefeitura Municipal, o motivo alegado pela atual gestão da FCFFC para o atraso é um telefonema que o então superintendente, Vilson Rosalino, fez ao Ministério da Cultura (MinC) no final de dezembro do ano passado. O superintendente teria cancelado a captação de recursos para o festival junto à Lei Rouanet, poucos dias antes de deixar o mandato e não avisando a comissão organizadora do festival. "Ficamos sabendo do telefonema no início deste ano, através de um e-mail do MinC", conta Roseli Pereira, coordenadora da FCFFC. Segundo Rodolfo Pinto da Luz, atual responsável pela superintendência da fundação, Vilson Rosalino teria ficado receoso de assumir a respon-

sabilidade do festival: "A organização já estava atrasada e ele pressupôs que não haveria tempo", comenta.

Sulanger Bavaresco, da comissão organizadora do Isnard Azevedo, garante que o trâmite já foi desfeito e que os R\$450 mil captados via Lei Rouanet já estão em caixa. Proveniente de três empresas patrocinadoras – Energética Barra Grande (Baesa), Campos Novos Energia S/A (Enercan) e Caixa Econômica Federal – o valor será somado aos R\$ 182 mil financiados pela Prefeitura, resultando em um orçamento total de R\$ 632 mil para o evento.

Outro motivo, apontado pela comissão organizadora, foi o atraso do próprio MinC para divulgar a lista de contemplados pela Lei Rouanet, definida na 159ª reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Sérgio Bellozupko, também da organização, conta que "cogitou-se mandar alguém da fundação a Brasília, para saber o que estava acontecendo". O resultado deste ano foi publicado no site oficial do MinC no dia 21 de novembro do ano passado. A relação dos projetos aprovados para 2008 foi divulgada em 13 de novembro de 2007.

"Agora, que fique em agosto", pontua Bavaresco, que também é uma das criadoras do Isnard. "Claro que o atraso é ruim, mas vamos aproveitá-lo como um tempo extra para melhor lapidar e dar acabamento ao festival". A maior

dificuldade é conseguir patrocínio em meio a crise econômica. "Começamos a organizar cada festival já quando acaba o próximo. Seria ótimo se tivéssemos patrocinadores fixos, mas as empresas não trabalham assim", conclui Bavaresco.

Duas pastas

O atual superintendente da fundação, Rodolfo Pinto da Luz, é também secretário de Educação e considera a dupla função providencial para a articulação de projetos que envolvam cultura e educação. Nomeado no novo mandato de Dário Berger, Luz comparece à FCFFC duas vezes por semana, "às vezes mais, a depender da necessidade", explica.

Sobre os meios de evitar outras falhas organizacionais no futuro, Luz enfatiza a necessidade de pensar a longo prazo. "Os administradores públicos geralmente querem deixar sua marca no decorrer da gestão, o que muitas vezes acaba comprometendo a continuidade dos projetos". Dieve Oehme, atual assessora de imprensa da fundação, reafirma a transição administrativa como fator conflitante. Além do superintendente ser temporário, alguns cargos da FCFFC, como a Coordenadoria de Artes (que abrange o Isnard Azevedo, apesar da existência de uma comissão organizadora), ainda não foram preenchidos.

Gustavo Bonfiglioli
Leonardo Almada/Divulgação



Adaptação do diretor carioca João Fonseca para *Gota d'Água*, peça de autoria de Chico Buarque, durante sua apresentação na edição passada



Sessão do filme *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, mobilizada no Rio de Janeiro

Público já pode escolher o que ver nas salas de cinema digitais

Com a explosão do número de redes sociais na internet, vários setores comerciais aproveitam a nova fase para melhorar seu rendimento. Segundo o site *emarketer*, os anunciantes americanos gastaram US\$1,6 bilhões nas redes sociais em 2008, 70% a mais que no ano anterior. A área de entretenimento via *web* é uma das que mais explora essa área e o cinema começa a explorar esse meio.

Pela internet, um grupo de pessoas já pode se mobilizar para que seja feita a projeção de qualquer filme nas salas das principais empresas exibidoras de sua cidade. O site brasileiro *MovieMobz* (www.moviemobz.com), da empresa *Rain Network*, é o primeiro a aplicar o chamado *Cinema On Demand* no mundo, baseado na procura dos usuários segundo Marco Aurélio Marcondes, coordenador geral do *MovieMobz* e ex-sócio do consórcio Europa Filmes & MAM. Os fundadores da *Rain*, Fábio Lima e José Eduardo Ferrão, são precursores na tecnologia digital para o cinema no país.

Inspirada em sites de relacionamento e em cineclubes, a rede social usa ferramentas parecidas com as disponíveis no Orkut, Myspace e Facebook, o que torna a navegação familiar aos seus mais de 17 mil usuários.

As mobilizações ocorrem quando certo número de pessoas, em média

20% dos assentos disponíveis, escolhe, por votação, um filme da cinemateca do site para ser exibido. O *MovieMobz* é responsável por projetá-lo a preço de sessão comum e dividir o lucro com a empresa exibidora.

O site já possui um acervo com mais de 900 filmes digitalizados, a maioria deles de fora dos grandes circuitos de cinema, o que baixa os custos dos direitos de exibição pagos pela *Rain*. Mas é possível encontrar longas recentes, como *Vicky Cristina Barcelona*, de Woody Allen, e clássicos como *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin. O projeto também lançará títulos inéditos no circuito comercial, operando por meio da exibição de filmes no formato digital, sistema hoje disponível em 18 cidades e 58 cinemas do Brasil.

Embora a maioria das sessões ocorram em São Paulo e no Rio de Janeiro, mais de 150 mobilizações em 24 cidades brasileiras foram organizadas em oito meses. A única sessão especial em Florianópolis foi em outubro de 2008, no extinto cine Arco-Íris, no Shopping Beiramar, com o longa alemão *Uma mulher contra Hitler*, vencedor do Festival de Berlim como melhor diretor e atriz em 2006.

Carlos Santos

Site remodela distribuição de filmes e dá espaço ao cinema independente

Há sete anos o público dos cinemas se mantém na média de 80 milhões de espectadores ao ano. Em 2008, o aumento foi de apenas 0,8% em relação a 2007. Além disso, em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, nos dez maiores mercados de salas de cinema do Brasil, dos 2.120 entrevistados, 69% preferem assistir um filme em casa, em DVD ou mesmo na TV.

De acordo com o Sócio-Diretor do *MovieMobz*, Fábio Lima, "está na hora do público realmente escolher o que assistir nos cinemas. Essa interatividade entre cliente e produto já influencia vários setores do entretenimento". Isso não é possível com o sistema atual de distri-

buição de filmes. Segundo o professor da UFSC Haenz Gutierrez, especialista em distribuição cinematográfica, "ao invés de comprar apenas um filme por vez, as vendas são realizadas aos pacotes, vários filmes de qualidade inferior devem ser adquiridos para que as salas possam exibir aquele que realmente interessa".

Ainda de acordo o professor, a iniciativa do site, além de ajudar as próprias empresas distribuidoras, que agora acompanham onde há demanda para certo filme, abre oportunidades para as produções independentes, que podem enviar seus filmes para o gratuitamente para o site. (C.S.)

O (re)pouso de Zé Perri no Campeche

Pesquisador questiona se autor de *O Pequeno Príncipe* teria sido personagem ou passageiro na história do bairro

É um fim de manhã ensolarado de 1930. Um rapaz jovem, de aproximadamente 20 anos, se esforça para compreender o significado dos gestos do outro, um homem alto, calvo e corpulento, alguns anos mais velho, naquela duna da praia do Campeche. O primeiro é Manoel Rafael Inácio, Deca para os amigos, pescador e tocador de acordeon, nascido no Campeche. Seu interlocutor é um francês, funcionário da companhia de correio aéreo Aeroposta Argentina. Apesar de não trabalhar habitualmente na linha Rio

de Janeiro – Buenos Aires, o piloto teve de fazer algumas entregas naquele dia. Tinha saído do Rio de Janeiro de madrugada e estava na escala de Florianópolis. Saindo dali, ainda teria que parar em Porto Alegre e em Pelotas antes de chegar ao destino e ao lar, Buenos Aires. Enquanto o avião era reabastecido, o francês aproveitou para conversar um pouco com o amigo pescador. O que ele tentava pedir, através de sinais com as mãos, era que Deca preparasse para o almoço aquele peixe ensopado com pirão que havia feito da última

vez em que estivera ali. Comunicar-se daquela maneira era mesmo difícil! Mas aprender a língua espanhola era uma questão de tempo, e a cada visita ao Campeche ficaria mais fácil um entender as mensagens do outro.

Naquele tempo, o estrangeiro era apenas um piloto com dons literários, chamado de Zé Perri pelos amigos do Campeche. Até então, havia lançado dois livros, *O aviador* e *Correio do Sul*. Treze anos mais tarde, publicou a obra que o tornaria mundial-

mente famoso. E, a partir dali, poucos saberiam ou se lembrariam de outra profissão sua que não fosse a de escritor. A figura em questão é Antoine de Saint-Exupéry e a obra é *O Pequeno Príncipe*, livro francês mais vendido no mundo.

Ele trabalhou como supervisor da linha Buenos Aires – Patagônia do fim de 1929 ao início de 1931, pela companhia de correio aéreo Aeroposta Argentina, filial da Aéropostale, que era responsável pela linha Rio de Janeiro – Buenos Aires.

O Seu Deca morreu em 1993. Hoje quem reconta as aventuras das passagens do ilustre escritor e aviador por Florianópolis é seu filho, Getúlio Manoel Inácio. A ideia de que Saint-Exupéry andou pela areia do Campeche é inspiradora, mas o lirismo do caso não convence João Carlos Mosimann, pesquisador da história catarinense. Ele busca uma comprovação histórica de que o francês realmente tenha convivido com os pescadores da Ilha.

Livia Freitag

Claro que sim!

Além dos relatos orais de Seu Deca, Getúlio apresenta outros indícios para confirmar as vindas de Antoine de Saint-Exupéry a Florianópolis nos tempos em que o escritor voava pela América do Sul. Entre eles está a referência a uma escrivadinha na qual ele teria marcado inscrições, à ponta de canivete, sobre as más condições do campo de aviação dos Campeche. "A mesa ficou guardada no Aeroclube de Florianópolis até aproximadamente vinte anos atrás, mas foi colocada no fogo por alguém que desconhecia a história", conta Getúlio. Mosimann garante que a escrivadinha era moderna, não era um objeto de 1930.

Mônica Cristina Córrea, coordenadora do projeto cultural *De Saint-Exupéry a Zé Perri*, que tem o objetivo de resgatar a memória da companhia de correio aéreo Aeropostale em Florianópolis, mantém contato com a família do autor de *O Pequeno Príncipe* em busca de evidências e documentos que embasem a história. Uma descoberta de Córrea foi uma carta escrita pelo poeta e amigo de Saint-Exupéry, Leon-Paul Fargue, destinada à família do escritor e publicada em novembro de 1945, em que Fargue faz alusão às passagens do escritor por Florianópolis, indicando ser esse um dos locais onde ele podia estar quando não era encontrado na França nem em Buenos Aires. "Admira-me que um pesquisador mais sério não a conheça", alfineta Mônica.

François D'Agay, sobrinho de Exupéry, esteve em Florianópolis em novembro de 2008, quando conheceu Getúlio e retornou ao Brasil em abril desse ano, visitando o Campeche mais uma vez. Em resposta ao artigo de Mosimann, publicado em março no jornal *Diário Catarinense*, o sobrinho de Saint-Exupéry respondeu com texto intitulado *A memória dos homens* na semana seguinte, criticando a atitude do pesquisador. Ele diz que não há motivos para duvidar da memória do Seu Deca. (L.F.)

Claro que não!

Mosimann passou a pesquisar e escrever sobre a história de Santa Catarina depois de se aposentar como professor de Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina. Publicou três livros até o momento. Sobre o caso de Saint-Exupéry em Florianópolis, o pesquisador se considera um curioso e busca vestígios há dez anos.

Ele não contesta o fato de o escritor ter passado aqui pelo menos uma vez. Mas também não acredita que tenha vindo em muitas ocasiões, muito menos a passeio. Segundo Mosimann, foi ele quem descobriu a única prova documental de que Saint-Exupéry tenha feito escala em Florianópolis. "A referência é de um radiotelegrafista, que voava junto com ele. A mensagem é: 'Saímos do Rio de Janeiro e chegamos tranquilos a Buenos Aires, cumprindo todas as escalas'. Uma dessas escalas era o Campeche."

Um dos principais motivos, segundo Mosimann, para a descrença de que o autor de *O Pequeno Príncipe* tenha passado por momentos de descontração na Ilha da Magia é o teor da obra *Cartas da Juventude 1923-1931*, reunião de correspondências enviadas a uma namorada. "Ele sempre se dizia ocupado com as atividades do trabalho [na linha Buenos Aires – Patagônia]", diz. Sobre as memórias de Seu Deca, Mosimann justifica rapidamente: o Zé Perri seria outra pessoa. "Na história oral as pessoas fantasiam muito."

Outros argumentos do pesquisador são encontrados no artigo *Exupéry e o trapiche da Texaco*, publicado no jornal *Diário Catarinense* em março de 2009. Antes disso, ele havia publicado o texto *Saint-Exupéry e o Campeche*, em 27/05/2006, no caderno Cultura também do jornal *Diário Catarinense*. (L.F.)

As escalas que levaram o autor até o Campeche

Piloto da companhia de correio aéreo Aeroposta Argentina, Antoine de Saint-Exupéry nasceu em Lyon, começou a carreira de piloto aos 22 anos e aos 44 desaparece durante um voo sobre o Mar Mediterrâneo



Arte: Rogério Moreira Júnior

ZERO

Sete trocam de sexo pelo SUS

As cirurgias foram realizadas de agosto a dezembro em quatro estados - GO, RJ, SP e RS

Há dez meses o Sistema Único de Saúde (SUS) realiza cirurgias de transgenitalização. A portaria 1.707, de 2008, autoriza o custeio de R\$ 1,5 mil para a operação. Há quatro hospitais credenciados - em Goiânia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre. No estado de Santa Catarina o serviço ainda está em fase de estudo.

Dados do Coletivo Nacional de Transsexuais aproximam em 500 o número de pessoas interessadas em realizar a cirurgia. Segundo a Associação das Travestis e Transsexuais da Grande Florianópolis (ADEH), em São José, Biguaçu, Palhoça e na capital há, pelo menos, 47 travestis com intenção de realizar o procedimento. Kelly Vieira, presidente da entidade, diz que outras 18 residentes da região já fizeram a cirurgia - 16 no exterior.

Como aqui no estado ainda não é realizada a operação, os catarinenses que desejarem devem procurar um posto de saúde e obter encaminhamento para um centro especializado. Os pacientes utilizarão o programa de Tratamento Fora de Domicílio (TDF).

O processo transexualizador envolve, além de custos com o procedimento cirúrgico, gastos com medicamentos durante os dois anos que antecedem a operação. Eles são usados no tratamento hormonal para adequações no corpo das transsexuais, como crescimento de mamas e o desaparecimento de pêlos. A assessoria do Ministério da Saúde não informou se o SUS também custeia esses remédios.

Das sete cirurgias já realizadas pelo SUS, até dezembro de 2008, três foram no estado do Rio de Janeiro, três em Goiás e uma no Rio Grande do Sul. Todas as cirurgias foram adequações do fenótipo masculino para o feminino.

Já o procedimento contrário ainda é de caráter experimental. Isso significa que só pode ser realizada por hospitais universitários ou públicos adequados para a pesquisa, conforme prevê a portaria 1.652 de 2002 do Conselho Federal de Medicina. No Hospital das Clínicas de Goiás, já foram realizadas três cirurgias de mudança de sexo do feminino para o masculino.

Polêmica na regulamentação

A cirurgia de mudança de sexo foi regulamentada no Brasil em 1997, pela resolução 1.482 do Conselho Federal de Medicina. À época, o procedimento poderia ser realizado apenas por hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa, e somente em homens.

A partir de 2002, a cirurgia em homens deixou de ter status de procedimento experimental, sendo permitida a sua realização em clínicas particulares.

A primeira decisão que aprovava a realização do procedimento via SUS foi em 16 de agosto de 2007, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a pedido do Ministério Público de Porto Alegre.

Em 12 de dezembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal

(STF) suspendeu a decisão regional, afirmando a falta de verbas. A então presidente do STF, Ellen Gracie, justificou a decisão alegando que a cirurgia geraria impacto econômico, causando "transtornos à alocação dos recursos públicos, indispensáveis ao financiamento".

O deputado federal Miguel Martini (PHS-MG) iniciou mobilização contra o custeio, alegando que o SUS tem outras demandas, como pré-natal e pacientes com câncer.

A portaria 1.707/2008

Em cinco de junho de 2008, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou durante a 1ª Conferência Nacional GLBT (Gays; Lésbicas; Bissexuais e Transgêneros), que a portaria seria publicada - o que ocorreu em agosto.

O Ministério da Saúde justifica a decisão de custear o procedimento diante dos altos índices de suicídio e automutilação entre os transsexuais, como indica a resolução 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Outro argumento é a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, de 2006, que garante o atendimento pelo SUS sem discriminação de orientação ou identidade sexual - fatores que o Ministério da Saúde considera como determinantes e condicionantes da situação de saúde. O documento cita, também, o estigma e o preconceito sofridos pela população GLBT.

Deborah Salves

Critérios

Quando operar

A idade mínima para se realizar a cirurgia de transgenitalização é 21 anos. O primeiro passo é ser diagnosticado por profissionais da saúde como transexual.

A resolução 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina define quatro critérios mínimos para o diagnóstico: desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desses desvios psicológicos de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e ausência de outros "transtornos mentais", segundo o CFM.

A médica que coordena a equipe cirúrgica do Hospital das Clínicas de Goiás, Mariluz Terra, explica que como a cirurgia é irreversível, o período de dois anos de preparação é importante para a candidata ter certeza do que quer. Também, para preparar o corpo às mudanças a serem feitas.

A ginecologista reforça a importância do tratamento psicológico nesta etapa inicial. "A psicoterapia aumenta a autoestima e prepara o período de adaptação que segue à transgenitalização", comenta.

O custeio do procedimento pelo SUS, para a ginecologista, representa "evolução no sistema", uma vez que demonstra reconhecimento do direito de todos à saúde. "É importante lembrar que a cirurgia não é estética, e sim reparadora, ou seja, é necessária para que o indivíduo mantenha-se saudável." (D.S.)

Mudança de nome é garantida após o processo cirúrgico

O processo transexualizador é o primeiro passo para iniciar a mudança jurídica de identidade. A advogada Aliana Alvares da Rosa, do Centro de Referência da ADEH, explica que a certidão de nascimento é a primeira a ser retificada, processo feito junto ao cartório de registro. Com a nova certidão em mãos, os outros documentos também são alterados nos órgãos responsáveis.

Os custos para modificar o nome na documentação são os de emissão de segunda via de cada órgão. Quando o cartório se recusa a fazer a alteração da certidão de nascimento e há necessidade de entrar com processo, a cifra inclui honorário do advogado, o valor da ação (mínimo R\$ 500,00) e despesas do fórum, que são calculadas como percentual da ação.

O direito homoafetivo - onde se inclui a transexualidade - é ainda muito recente. "Como não existem leis, usa-se a jurisprudência, guardadas as proporções de cada caso, para fundamentar as decisões", explica Rosa. Em 16 de abril deste ano, desembargadores gaúchos concederam o direito da alteração do nome para um transexual sem a realização da cirurgia. Mas Rosa alerta que o caso ainda é isolado.

Ela ressalta a demora da justiça catarinense em acompanhar as evoluções do direito homoafetivo no país. "Faz 10 anos que a questão da união homoafetiva é da jurisprudência da Vara da Família no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina ainda se posterga a decisão de quem deve lidar com esses casos." (D.S.)

Candidata passa por dois anos de avaliação antes da cirurgia

A transexualidade é considerada "desvio psicológico" pelo Conselho Federal de Medicina e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por isso é necessário ter o diagnóstico do distúrbio antes de iniciar o processo transexualizador. A ginecologista Mariluz Terra, coordenadora da equipe do Hospital das Clínicas de Goiás, explica as etapas de uma cirurgia de mudança de sexo em um homem.

- Uma equipe formada por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social acompanha a candidata durante dois anos.


- Terapia individual, consultas bimestrais e exames diversos são realizados ao longo desses dois anos.


- Ao concluir esse período a paciente recebe avaliação final assegurando ou não a cirurgia de caráter irreversível.


- Cirurgia**



A pele do pênis é usada para constituir o canal vaginal. A uretra continua sendo o canal para eliminação de urina.

A Bolsa escrotal é transformada em grandes e pequenos lábios.

A glândula, responsável pelo prazer sexual no homem, é transformada em clitóris, enervação responsável pelo prazer na mulher. O novo "clitóris" é implantado no exterior do corpo ou no final do canal vaginal.

Em média, após 45 a 60 dias da cirurgia a paciente já pode ter relações sexuais. O prazer sexual é mantido.

A paciente permanece internada por uma semana. Além de outros curativos, um tampão específico é colocado no canal vaginal. Por causa da obstrução, além do repouso, é preciso utilizar sonda vesical - para eliminação da urina - por duas semanas.

A ginecologista Terra destaca que a cirurgia não é estética, mas reparadora, pois conserta algo que prejudica a saúde da paciente.



Na última bateria, os remadores Edson Aquino dos Santos e Camila Luz Sokolowski, da equipe Martinelli, derrotam a dupla de Blumenau

Disputa por medalhas e por reconhecimento

Após 90 anos da fundação da Federação Catarinense de Remo, a primeira etapa do campeonato estadual atrai poucos espectadores

Indiferente ao fato de que se tratava de um sábado, o dia 16 de maio de 2009 amanheceu com um céu azul de domingo de regatas. A manhã fria, no entanto, não está das mais favoráveis à prática daquele que foi, até a década de 50, o esporte mais popular de Florianópolis. O excesso de ondulação e um vento insistente ameaçam o equilíbrio dos barcos e atrapalham os remadores. Como nas antigas regatas, as condições do tempo obrigam a organização a transferir a competição para a Baía Norte – uma operação que já não mobiliza milhares de pessoas. Em frente ao trapiche da Beirã Mar, as dezenas de espectadores da primeira etapa do Campeonato Estadual de Remo Master e da Regata de Escolinha desaparecem em meio a barraquinhas de feira, apresentações infantis e atletas de final de semana.

Às 9h25, a voz do locutor anuncia o início das competições. Próximo dali, uma professora primária anuncia a apresentação de um grupo de balé. Na sobreposição de sons, leve vantagem para a professora. A concorrência seria

impensável há noventa anos, quando iniciaram as regatas entre os três clubes de remo da capital. As disputas entre Riachuelo, Martinelli e Aldo Luz paravam a cidade. Em seu livro sobre a história do remo no estado, o jornalista Maury Borges fala de regatas da década de 20 que reuniam mais de seis mil torcedores. Com o centro da cidade ainda à beira mar, a multidão se concentrava do cais do Miramar ao trapiche da Rita Maria, uma distância de quase 1,2 km. No mar, navios apinhados de torcedores uniformizados faziam as vezes de camarotes.

Somadas as duas competições e uma prova extra, são 38 atletas divididos em 26 barcos e 13 categorias – três delas com apenas um barco na disputa. Yzhis Pereira vibra pelos companheiros de clube. Sem tirar os olhos da água, a porto-alegrense de 17 anos conta que mora em Florianópolis desde os 12 e começou a remar há três anos e quatro meses. A rotina de Yzhis inclui acordar às 4h25 e já estar na água às 5h, de onde só sai às 6h45. Do clube, ela vai direto para a escola. Às

15h está de volta ao Martinelli, onde fica até as 17h. “Mas na seleção o treinamento é mais pesado”, revela. Yzhis foi a remadora mais jovem da seleção sub-23, que ficou em terceiro lugar na 23ª Windermere Cup, realizada no final de abril em Seattle.

O último páreo é decidido nos sete metros finais, com a vitória da dupla mista do Martinelli. A premiação é feita no mesmo aterro que afastou o remo da cidade. Os vencedores não serão recebidos pelo governador, e o pão com linguiça substituiu o desfile pelo centro da cidade. Não há uma banda, porém os remadores do Martinelli improvisam o samba com um reco-reco e uma cuíca quebrada, transformada em repique. A falta de pompa e circunstância de outras épocas pode alimentar o saudosismo dos mais velhos, mas não parece incomodar os jovens remadores. Às 13h, quase todos já foram embora. Amanhã é domingo. Se o mar e os ventos ajudarem, pode ser que dê um dia de regatas.

Daniel Ludwich

Pesquisadores reúnem as histórias das regatas que paravam a cidade

A primeira regata de Santa Catarina foi realizada às 14h do dia 17 de novembro de 1861, em Florianópolis. Na enseada do Menino Deus, aos pés da ladeira que dá acesso ao Hospital de Caridade, cinco páreos de escaleres e um de baleeiras formavam a programação do primeiro de muitos domingos de regata – que demorariam ainda 58 anos para se tornarem frequentes. As competições regulares só tiveram início com a criação da Federação Catarinense de Remo, em 10 de janeiro de 1919.

Parte dessa história vai ser contada por uma equipe do Laboratório de História e Arte do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2010, o grupo coordenado pela professora Maria Bernardete Ramos Flores prepara um livro sobre o remo em Florianópolis. A pesquisa acompanha desde o nascimento dos clubes, na década de 10, até a construção do aterro, nos anos 70.

Cercada de fotos antigas, a pesquisadora Carina Sartori explica que o trabalho não pretende apenas contar a história do esporte na cidade – o que já foi feito pelo jornalista Maury Borges. “Queremos mostrar como o remo formava redes de sociabilidade”, revela. Para isso, a equipe ouviu velhos remadores, teve acesso a acervos particulares e tratou de ler tudo o que havia sido publicado sobre o esporte nos jornais da capital. “É difícil encontrar um dia em que não tivesse pelo menos uma notinha sobre o remo”, afirma Sartori.

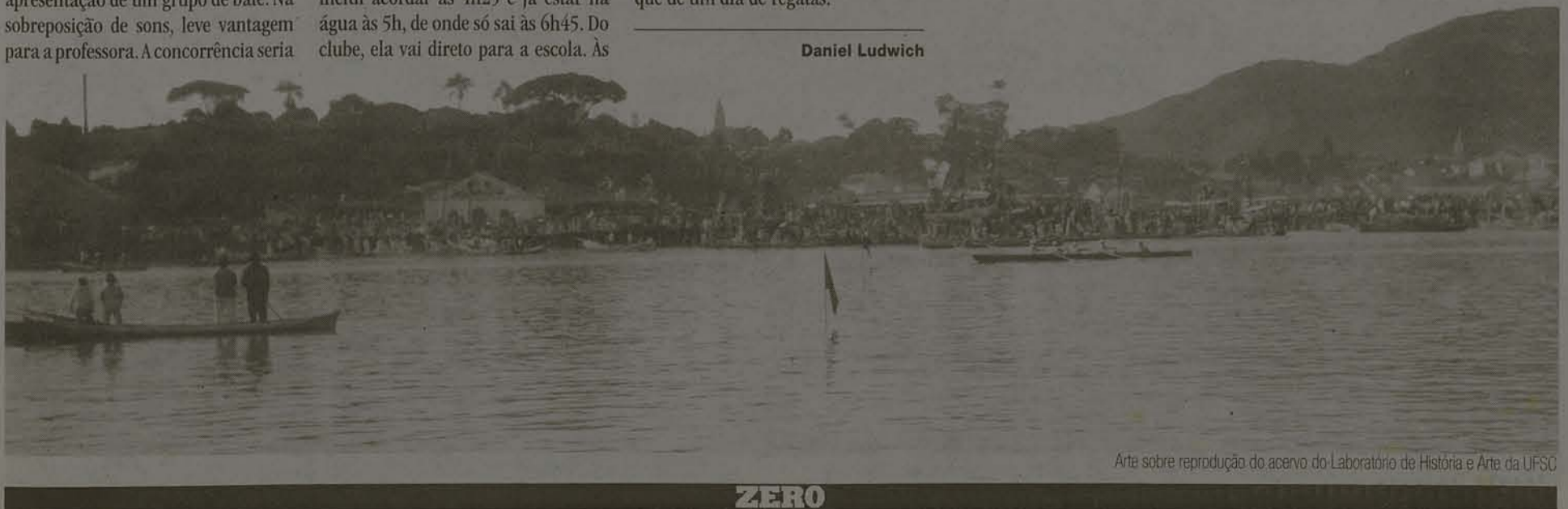
A pesquisadora destaca o envolvimento do remo com a vida social da cidade nas décadas de 20 e 30. “As famílias tradicionais se reuniam para assistir às regatas. Havia um grande incentivo para que os jovens praticassem o remo”, diz. Fora da água, os remadores organizavam eventos culturais. “A festa junina do Riachue-

lo era famosa”, lembra o jornalista Maury Borges.

E era justamente fora da água que as redes de sociabilidade do remo formavam os laços mais duradouros. “Muitos remadores se casavam com as moças da torcida”, conta Sartori. Entre os clubes, as relações eram pautadas por uma extrema rivalidade. Os jornais alimentavam a animosidade entre as torcidas, publicando provocações de todos os lados. Não raro as disputas náuticas da manhã evoluíam para uma pancadaria em terra no final da tarde.

Depois de duas décadas em que fez parte do cotidiano da cidade, o remo sofreu a sua primeira retração com a II Guerra Mundial. “Ele continuou a ser praticado, mas dentro de certas limitações”, lembra Borges. A recuperação veio no início dos anos 50, que o jornalista de 73 anos defende como sendo a época de ouro do remo em Santa Catarina. Vindos de competições de fora do estado, os remadores vitoriosos eram recebidos com festa no Palácio Cruz e Sousa.

A segunda retração teve início na década de 70 – e continua até hoje. O aterro da Baía Sul é apontado como o principal responsável pelo arrefecimento do esporte. “Durante a construção, os remadores tinham que carregar os barcos cada vez mais longe. Chegou uma hora que ficou inviável”, diz Borges. Em 1979, os clubes ganharam do governo do estado as sedes localizadas à direita da ponte Colombo Salles. Mas a cidade já havia se afastado do mar. À falta de dinheiro e estrutura, problemas comuns a outros esportes amadores, ao remo soma-se uma rotina de treinamentos com a qual é difícil conciliar outras atividades, como estudo e trabalho. Isso sem falar em um detalhe que acaba desanimando quem pensa em se arriscar no esporte. “Não me convida pra entrar na água fria às 5h”, brinca Borges. **(D.L.)**



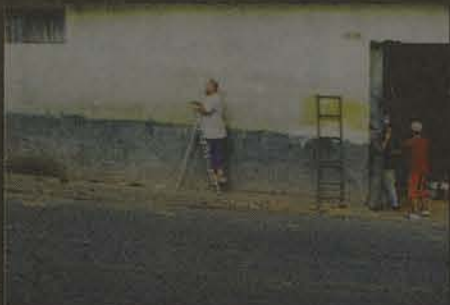
Arte sobre reprodução do acervo do Laboratório de História e Arte da UFSC

A arte da improvisação

A Serralheria do Nelson, localizada na rua Professor Egídio Ferreira, bairro Monte Cristo, teve sua fachada grafitada pelos três integrantes do grupo Contato Imediato, de Florianópolis. Com a ajuda de mais três grafiteiros, eles começaram a arte no início da tarde do dia 19 de maio



Texto: Luis Knihs
Fotos: Renata Brandão



Enquanto um traça sua arte no muro, o outro rabisca uma ideia num caderno para interagir com os desenhos. "A inspiração vem da hora, do lugar, da situação", afirma Rizzo, grafiteiro do grupo Contato Imediato.



Durante a pintura no muro da serralheria foram utilizadas 50 latas de spray – cada uma custa em média R\$ 16,00 –, três baldes de tinta e pincéis. Em locais públicos o grafite só pode ser feito com a aprovação de um projeto que contenha o esboço do desenho pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP). Segundo Maycon Cassimiro, diretor da SUSP, nenhum projeto foi apresentado à prefeitura até hoje. Para os grafiteiros, a exigência do órgão não incentiva o grafite, pois a improvisação faz parte da pintura. "A gente paga pra fornecer arte pra população. Preferimos pintar às nossas custas a esperar que eles nos digam o que pintar", completa Rizzo.



O processo de pintura do muro chama a atenção. Aos poucos alguns moradores do bairro Monte Cristo começam a se aproximar e observam a movimentação dos grafiteiros, que modificam a paisagem do local. Para deixar o muro da serralheria colorido, os artistas de rua levaram onze horas de trabalho ininterrupto.

Veja mais no www.zero.ufsc.br/convergencia

ZERO